

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PEDRO HENRIQUE TEMOTEO DE ARAUJO MAIA

**O NOVO DESENVOLVIMENTISMO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO
CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2013**

Recife – PE, dezembro de 2021.

PEDRO HENRIQUE TEMOTEO DE ARAUJO MAIA

**O NOVO DESENVOLVIMENTISMO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO
CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno **PEDRO HENRIQUE TEMOTEO DE ARAUJO MAIA** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas sob a orientação da Professora **DRA. KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO**.

Recife – PE, dezembro de 2021.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M217n Maia, Pedro Henrique Temoteo de Araujo
 O Novo Desenvolvimentismo como estratégia de promoção do crescimento econômico no Brasil no período de 2003 a 2013 / Pedro Henrique Temoteo de Araujo Maia. - 2021.
 62 f. : il.
- Orientadora: Keynis Candido de Souto.
 Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2021.
1. Novo Desenvolvimentismo. 2. Doença Holandesa. 3. Taxa de Câmbio. 4. Juros. 5. Inflação. I. Souto, Keynis Candido de, orient. II. Título

**O NOVO DESENVOLVIMENTISMO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO
CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2013**

PEDRO HENRIQUE TEMOTEO DE ARAUJO MAIA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota _____ apresentado em
____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Keynis Cândido de Souto (Orientadora)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^ª. Dra. Cristiane Soares Mesquita (Examinadora Interna)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^ª. Dra. Poema Isis Andrade de Souza (Examinadora Interna)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a minha família, em especial minha mãe, Karina Temoteo de Araujo, por sempre ter me incentivado durante a graduação e me apoiado nos momentos de dificuldade, ao meu padrasto, José Antônio Mira Setúbal, pela preocupação e apoio, e aos meus padrinhos, Analú Corrêa de Souza e Luís Caetano, por terem me acolhido longe de casa e pelos momentos de alegria.

Aos meus amigos da UFRPE, pelo companheirismo nos percalços acadêmicos e pelos momentos de diversão proporcionados durante a graduação.

À minha orientadora, Keynis Cândido de Souto, por ter aceitado participar deste trabalho e por ter me instruído e aconselhado da melhor maneira para que o melhor resultado fosse obtido.

A banca examinadora, por aceitar o convite e colaborar com a finalização e avaliação deste trabalho.

A todos os professores, por terem me ensinado e fornecido o conhecimento necessário durante a graduação, sem eles não seria possível ter chegado até aqui.

A todos que me incentivaram e me motivaram de alguma forma durante a realização deste trabalho.

RESUMO

Em 2003 o Novo Desenvolvimentismo surge como uma terceira alternativa de estratégia econômica de promoção do crescimento, crítico às políticas de desenvolvimento que se baseavam no Desenvolvimentismo Clássico e na Ortodoxia Convencional. O fracasso das políticas da Ortodoxia Clássica, nos anos de 1990 na América Latina levou a ascensão de governos de esquerda na região, resultando no Brasil na eleição do presidente Lula. A partir de então, a literatura do tema passa a afirmar que algumas das medidas defendidas pelo Novo Desenvolvimentismo foram adotadas pelo governo Lula. O principal objetivo deste trabalho é discutir se o Novo Desenvolvimentismo foi usado como estratégia de promoção de crescimento econômico no Brasil no período de 2003 a 2013, que compreende três mandatos presidenciais, primeira (2003-2006) e segunda (2007-2010) gestão do Lula, e parte da primeira gestão Dilma (2011-2013), e que foi marcado por um robusto crescimento econômico do Produto Interno Bruto brasileiro. Tendo como fundamentação teórica principal a Teoria Novo Desenvolvimentista, o trabalho buscou analisar e discutir características do Novo Desenvolvimentismo no período em questão, focando especificamente na política monetária, condução da taxa de juros e seu efeito sobre a inflação, e na condução da política cambial e seu efeito sobre o problema da “Doença Holandesa”. Além disso, buscou identificar os principais problemas na implementação das políticas propostas pela estratégia novo desenvolvimentista. Com base nos resultados, foi possível concluir que: a adição de políticas novo desenvolvimentistas na primeira gestão Lula, não permite caracterizá-la como purista do novo modelo. O primeiro governo Lula (2003-2006), foi inicialmente marcado por uma manutenção da política neoliberal do governo antecessor e lidou com uma demanda internacional elevada por *commodities*, juros altos e valorização cambial. No segundo governo Lula (2007-2010) ocorreu a expansão de políticas de incentivo ao consumo interno e um modelo de crescimento oposto ao *export-led*. O terceiro mandato, corresponde a parte do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2013), estabeleceu uma agenda política que favoreceu o empresariado industrial brasileiro, promoveu uma desvalorização cambial fraca e queda da taxa de juros. Ficou evidenciado que em nenhum dos governos do período a Doença Holandesa foi combatida.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Desenvolvimentismo; Doença Holandesa; Inflação; Juros; Câmbio.

ABSTRACT

In 2003, New Developmentalism emerged as a third alternative economic strategy for promoting growth, critical of development policies that were based on Classical Developmentalism and Conventional Orthodoxy. The failure of Classical Orthodoxy policies in the 1990s in Latin America led to the rise of leftist governments in the region, resulting in Brazil's election of President Lula. From then on, the literature on the subject goes on to state that some of the measures defended by the New Developmentalism were adopted by the Lula government. The main objective of this paper is to discuss whether New Developmentalism was used as a strategy to promote economic growth in Brazil in the period 2003-2013, which comprises three presidential terms, first (2003-2006) and second (2007-2010) Lula, and part of the first Dilma administration (2011-2013), and which was marked by a robust economic growth of the Brazilian Gross Domestic Product. Having as its main theoretical foundation the New Developmentalist Theory, the work sought to analyze and discuss characteristics of New Developmentalism in the period in question, focusing specifically on monetary policy, interest rate conduction and its effect on inflation, and in the conduction of exchange rate and its effect on the "Dutch Disease" problem. Furthermore, it sought to identify the main problems in implementing the policies proposed by the new developmentalist strategy. Based on the results, it was possible to conclude that: the addition of new developmentalist policies in the first Lula administration does not allow us to characterize it as a purist of the new model. The first Lula government (2003-2006) was initially marked by the maintenance of the neoliberal policy of the predecessor government and dealt with a high international demand for commodities, high interest rates and exchange rate appreciation. In the second Lula government (2007-2010) there was an expansion of policies to encourage domestic consumption and a growth model opposed to export-led. The third term, corresponding to part of the first Dilma Rousseff government (2011-2013), established a political agenda that favored Brazilian industrial entrepreneurs, promoted a weak exchange rate devaluation and a drop in interest rates. It was evident that in none of the governments of the period the Dutch Disease was fought.

KEYWORDS: New Developmentalism; Dutch Disease; Inflation; Fees; Exchange.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: As Diversas Taxas de Câmbio de Economias com Doença Holandesa	28
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: PIB Brasil Variação Percentual em Volume	34
Gráfico 02: Variação da Taxa Selic (2003-2013).....	38
Gráfico 03: Variação da Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$) 2003-2013	44
Gráfico 04: Brasil - Evolução da Balança Comercial Brasileira (BCB)	45
Gráfico 05: Taxa de Câmbio de Equilíbrio Industrial e Taxa de Câmbio Nominal Observada (R\$/US\$).....	50
Gráfico 06: Exportação Brasileira (2003-2013), participação percentual por setor.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Regime de Política Macroeconômica do Novo Desenvolvimentismo	24
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Brasil - Histórico do IPCA e Metas Inflacionárias (2003-2013).....	37
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 A TEORIA MACRO KEYNESIANA	16
2.2 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO.....	18
2.3 A ORTODOXIA CONVENCIONAL.....	20
2.4 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO	22
2.5 O PROBLEMA DA “DOENÇA HOLANDESA”	26
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	30
4. NOVO DESENVOLVIMENTISMO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: RESULTADOS	34
4.1 CONDUÇÃO DA TAXA DE JUROS PARA CONTROLE INFLACIONÁRIO.....	35
4.2 A CONDUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO NO BRASIL E O COMBATE A DOENÇA HOLANDESA.....	43
4.3 PROBLEMAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL.	52
5. CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1. INTRODUÇÃO

Durante o século XX o Brasil apresentou predominância de dois modelos econômicos de desenvolvimento, o Nacional Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. Em resposta a esses dois modelos, surgiu uma nova leitura a respeito de qual estratégia seria mais apropriada para promoção do desenvolvimento, e como poderia ser adotada no país, o Novo Desenvolvimentismo, que surge como um terceiro discurso entre o velho modelo Clássico (Nacional Desenvolvimentismo) e a Ortodoxia Convencional (Neoliberalismo).

O Novo Desenvolvimentismo defende uma estratégia nacional de desenvolvimento composta por valores, ideias, instituições e políticas econômicas. Ele se baseia na teoria macroeconômica keynesiana e busca possibilitar o desenvolvimento gradual dos países de renda média para que estes alcancem as nações ricas. Esta estratégia baseia-se em: papel estratégico para o Estado em atuação conjunta com o mercado; crescimento promovido via poupança interna; o equilíbrio fiscal; taxa de câmbio competitiva, visto que ela apresenta tendência crônica a sobreapreciação, e, industrialização voltada à exportação de manufaturas e (BRESSER-PEREIRA, GALA; 2010).

Este terceiro discurso surgiu no início do século XXI, a partir de críticas sistemáticas à condução das políticas de desenvolvimento econômico adotadas pelo Brasil, o que permitiu emergir novas propostas de políticas econômicas. Em 2003 Bresser-Pereira¹ e Yoshiaki Nakano já apresentavam ideias e propostas estabelecidas para o cenário econômico vigente no Brasil. Nakano sugeriu identificar essas proposições como “novo desenvolvimentismo”. O termo foi usado pela primeira vez na quinta edição do livro *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (2003) de Bresser-Pereira, no seu último capítulo “Retomando a revolução nacional e o novo desenvolvimentismo”. A denominação passou a ser amplamente usada a partir de 2005, com a publicação do livro *Novo-Desenvolvimentismo* (2005), uma coletânea de artigos realizada por Sicsú, Paula e Michel.

As proposições novo desenvolvimentistas mostram-se após a economia brasileira não apresentar crescimento expressivo depois de enfrentar duas grandes crises, a da dívida externa dos anos 1980 e a crise da alta inflação inercial de 1980 a 1994. Registros de

¹ Luiz Carlos Bresser-Pereira é precursor do termo “novo desenvolvimentismo” e o principal autor de trabalhos a respeito da nova estratégia econômica de desenvolvimento.

crescimento econômico acentuado foram característicos nas três décadas anteriores às crises, entre 1950 e 1970, momento auge da herança estruturalista e influência da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e do Desenvolvimentismo Cepalino. No entanto, observa-se a ausência de resultados econômicos de grande magnitude no cenário pós crises, e para muitos economistas isto se dava em decorrência da ascensão do Neoliberalismo nos anos de 1990, promovido pela Ortodoxia Convencional, exportada aos países de renda média, com a promessa de prosperidade geral através de reformas microeconômicas e políticas macroeconômicas.

A utilização de estratégias diferentes das correntes predecessoras caracteriza o modelo novo-desenvolvimentista, contudo o pensamento agrupa antigos e novos defensores do desenvolvimentismo com fundamentos teóricos em comum. Um estado atuante para fomentar o desenvolvimento econômico e social é algo frequente entre as exposições desenvolvimentistas, o que é alvo de críticas da ortodoxia neoliberal, por diferirem na análise econômica e monetária.

A adoção das políticas econômicas neoliberais favoráveis ao mercado, foi algo característico da década de 1990 por quase todos os países latino-americanos. O insucesso dessas políticas nos aspectos econômicos e sociais, permitiu, no início dos anos 2000, a ascensão de governos nacionalistas de esquerda na região. No Brasil o novo século iniciou com uma mudança no viés político brasileiro, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2002.

O primeiro mandato do presidente Lula, a política econômica aplicada permaneceu com influência neoliberal, o que gerou críticas e elaboração de políticas econômicas alternativas. Devido a resultados macroeconômicos insatisfatórios e frustrações quanto ao crescimento econômico, foi gerado um debate interno no governo que promoveu a modificação do projeto econômico. O governo federal propôs uma participação mais ativa do estado na política econômica, com a intenção de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Este novo modelo econômico propunha através de um projeto nacional para o Brasil, novas políticas monetárias, cambiais e fiscais, e a ruptura com neoliberalismo, visto que ele era considerado prejudicial a um Estado soberano que busca retomar o desenvolvimento atrelado com a estabilidade macroeconômica. Isto deu espaço para a utilização de estratégias mais alinhadas com o Novo Desenvolvimentismo.

Assim, tendo como base este cenário, **este trabalho busca responder a seguinte questão:** É possível afirmar que a estratégia de promoção ao crescimento econômico adotada no Brasil no período de 2003 a 2013 se baseou na proposta apresentada pelo Novo Desenvolvimentismo?

A principal justificativa para realização da pesquisa é o entendimento de que o contexto político e outros aspectos evidenciados pelo novo arquétipo econômico que foi implementado pelo governo brasileiro a partir de 2003, além dos resultados econômicos obtidos no país, acontecendo no mesmo período da apresentação do “modelo” do Novo Desenvolvimentismo, mostra que é necessária uma análise que relacione os fatores e investigue se os resultados obtidos se devem a aplicação das estratégias propostas pelo novo modelo, a fim de constatar a sua real eficiência.

A literatura sobre o tema – Mercadante (2010); Morais e Saad-Filho (2011); Castelo (2012) e Bresser-Perreira e Theuer (2012) – aponta que algumas medidas defendidas pelo Novo Desenvolvimentismo passaram a ser adotadas pelo governo Lula a partir de 2006. A inflexão da política econômica tinha o intuito de permitir que o Estado fosse mais ativo, com estímulo à produção através de financiamento e políticas de infraestrutura, na formação das “campeãs nacionais” (empresas brasileiras competitivas internacionalmente) e na expansão do consumo de massa.

Fato é que, a partir de 2006, com a mudança de política bons resultados foram conquistados pelo Brasil em termos de crescimento econômico e distribuição de renda, com a evolução das variáveis econômicas, mudanças estruturais na economia brasileira e melhora dos indicadores econômicos. Em 2006, o país teve crescimento 4,0% e durante o segundo mandato de Lula apresentou as maiores taxas de crescimento registradas no século XXI, com exceção de 2009, ano que apresentou recessão de 0,1% devido à Crise do *Subprime* norte-americana. Em 2010 o crescimento registrado foi de 7,5% ².

Assim, é necessário compreender o Novo Desenvolvimentismo e suas políticas econômicas propostas, a fim de extrair se e de que forma elas conseguiram influenciar no melhor desempenho da economia brasileira entre os anos de 2003 a 2013. O que as medidas conseguiram promover, os efeitos potenciais e os insucessos da sua aplicação, visto que nos anos seguintes ao primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, apesar do crescimento, as

² Ver Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contas Nacionais.

taxas não seguiram no mesmo patamar do governo anterior e no final da sua gestão uma recessão econômica ocorreu no país.

A fim de responder o problema de pesquisa estabelecido, este trabalho tem como objetivo geral **discutir o Novo Desenvolvimentismo como estratégia de promoção de crescimento econômico no Brasil no período de 2003 a 2013**. Para alcançar este objetivo foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar a condução da taxa de juros e a maneira como foi utilizada para controlar a inflação;
- Verificar a maneira como foi conduzida a taxa de câmbio no Brasil e se foi combatido o problema da Doença Holandesa;
- Identificar as principais dificuldades enfrentadas na implementação da estratégia.

Para alcançar estes objetivos, além desta introdução o trabalho está dividido em mais quatro capítulos, o segundo capítulo aborda o referencial teórico e tem como objetivo fundamentar e dar consistência ao tema presente neste trabalho; o terceiro capítulo é referente a metodologia de pesquisa adotada para realização do estudo; o quarto capítulo corresponde aos resultados obtidos através da pesquisa, com o intuito de responder o objetivo geral e os objetivos específicos estabelecidos; e o quinto e último capítulo refere as conclusões obtidas através dos resultados encontrados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O tema desenvolvimento econômico tem suas raízes teóricas e empíricas, associadas, na maior parte dos casos, às crises econômicas. Teoricamente o tema começou a ser debatido no século XVIII com o surgimento das escolas fisiocrata (na França) e clássica (na Inglaterra). Estas escolas, que surgiram como uma resposta ao mercantilismo, passaram a se preocupar com os problemas do crescimento e da distribuição de renda. É com Adam Smith que o tema crescimento econômico desponta, com a busca dos geradores da formação da riqueza nacional, a explicação de como o mercado funciona e a relevância do aumento dos mercados para redução dos custos médios. O desenvolvimento como problema econômico ficou em evidência no século XIX a partir das flutuações econômicas do período. Neste século, a concentração de renda e da riqueza em nível mundial e o surgimento de países industrializados, evidenciou a disparidade entre países ricos e pobres. Mesmo nas nações industrializadas, era perceptível a diferença do nível de desenvolvimento entre as regiões e entre classes sociais (SOUZA, 2009). Neste período, o tema evoluiu sem que se fizesse distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.

Isto mudaria no século XX, quando Schumpeter (1911) definiu o desenvolvimento econômico em sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico”. Para ele, o desenvolvimento implicava mudanças estruturais do sistema econômico que o simples crescimento de renda per capita não garantia. Schumpeter distinguiu os dois termos para evidenciar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde, no máximo, ocorreria crescimento, e para mostrar a importância do investimento com incorporação de progresso técnico, ou seja, a importância da inovação no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico. Embora adaptações possam produzir crescimento, não caracterizam em si o desenvolvimento, que é parte de um fenômeno qualitativamente diferente. São mudanças econômicas de ordem qualitativamente superior, que caracterizam o desenvolvimento. Estas mudanças se originam, no lado da produção, da maneira distinta de combinar fatores produtivos para produzir coisas a serem utilizadas na vida das pessoas. Trata-se de modos totalmente diferentes de dispor materiais e forças (SCHUMPETER, 1911 *apud* COSTA, 2006). A Teoria do Desenvolvimento de Schumpeter se tornou uma das grandes contribuições ao tema, ao trazer a importância da inovação tecnológica para os países, e abriu o debate para distinção entre crescimento e desenvolvimento.

No entanto, conforme Furtado (1967), esta distinção é limitada. O desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, mas superando-a. O crescimento é o aumento do fluxo de renda, e o desenvolvimento é o mesmo fenômeno na ótica de suas repercussões no conjunto econômico da estrutura que envolve o anterior. O fenômeno é o mesmo, desenvolvimento e crescimento econômico podem ter significados diferentes, mas são a mesma coisa quando analisados de forma empírica e histórica.

Para além desta discussão conceitual, ainda no século XX, a Grande Depressão dos anos de 1930, consequência da quebra da Bolsa de Nova York, ratificou o drama social do desemprego e trouxe para o debate sobre o desenvolvimento o papel do Estado. Após a crise de 1929 a ação do Estado na economia tornou-se maior, através da realização de investimentos diretos e empregando políticas anticíclicas, com a intenção de diminuir o desemprego e atenuar as repercussões sociais das flutuações econômicas. Foi possível notar que, em momentos de crise, as flutuações ocorrem com intensidades variáveis, conforme diferentes setores e regiões. A estabilidade passa a ser condição essencial ao desenvolvimento econômico, assim (visto que o crescimento) como o crescimento precisa acontecer em ritmo suficiente para atender as diferentes classes sociais, regiões e países (SOUZA, 2009).

As questões relacionadas ao desenvolvimento econômico ficaram mais evidentes no final dos anos 1930, com a aplicação da Contabilidade Nacional, oriunda da teoria keynesiana, e o aperfeiçoamento das estatísticas oficiais que possibilitou a publicação de indicadores econômicos e permitiu a classificação de países como “ricos” e “pobres”, através da análise da sua renda per capita. Os países pobres passaram a ser caracterizados como subdesenvolvidos, ao apresentarem crescimento econômico insuficiente e instável, além de indicadores sociais e econômicos de fraco desempenho. Após a Segunda Guerra Mundial, a pobreza das nações passou a ser uma pauta importante em todo o mundo e os economistas começam a buscar na história econômica elementos para a formação de uma teoria do desenvolvimento, visto que a macroeconomia keynesiana, difundida mundialmente, era considerada inadequada para explicar o desenvolvimento por ser este um fenômeno de longo prazo. Foi então estabelecida a Teoria do Desenvolvimento onde o subdesenvolvimento passa a ser considerado uma consequência da expansão do capitalismo mundial na sua fase oligopolista (SOUZA, 2009).

Segundo Bresser-Pereira (2014), com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação das Nações Unidas em 1945, foi reconhecido que diversos países ficaram atrasados em relação a nações industrializadas. Neste contexto, a ideia de desenvolvimento surgiu como substituta

ao progresso, agora com forte viés econômico. Assim, o desenvolvimento econômico, se concretizou depois que ocorreram as revoluções nacionais e industriais, mas se tornou um objetivo universal apenas pós Segunda Guerra Mundial.

Foi no pós-guerra que teóricos estruturalistas e autores latino-americanos da CEPAL, Furtado, Prebisch e Rangel, formularam a “Teoria Econômica do Desenvolvimento” e o desenvolvimentismo – a estratégia nacional de desenvolvimento correspondente. Para Fonseca (2014, p. 61), o Nacional Desenvolvimentismo era uma política econômica formulada por governos para transformar a sociedade e superar problemas econômicos e sociais, através do crescimento da produção e da produtividade, encabeçada pelo setor industrial e tendo o Estado como principal instrumento de ação coletiva. Tal estratégia teve seu ápice nos anos 1950 e 1960.

A partir da década de 1970 forma-se uma “grande onda” neoliberal e conservadora que contesta a economia do desenvolvimento e o estruturalismo latino americano, e marca o ressurgimento do pensamento neoclássico, o que foi denominado de Contrarrevolução Neoclássica. Centrada na relação Estado-mercado no processo de desenvolvimento econômico, a contrarrevolução faz crítica ao ativismo estatal emergente no segundo pós-guerra e tem três “versões”. A primeira, a abordagem do “mercado livre”, iniciou em 1970 e propõe uma estratégia para a formação de preços corretos, com base no funcionamento de livres mercados, para a dinamização da eficiência econômica e do crescimento econômico. Em 1980 emergiu a segunda abordagem, a da “escolha pública”, uma contrapartida neoliberal para os países em desenvolvimento prescrita pelos países desenvolvidos. Em ambas, a definição de políticas de desenvolvimento - as políticas corretas que os países em desenvolvimento deviam adotar - se baseia no consenso estabelecido entre Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Tesouro do Estados Unidos, denominado “Consenso de Washington” que Bresser (2010) chama de Ortodoxia Convencional. A terceira abordagem surge em 1990 como uma nova versão da contrarrevolução neoclássica, com revisões teóricas sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico. A supremacia do mercado dá lugar a uma relação de complementaridade entre Estado e mercado, e a noção de Estado mínimo é substituída pela de Estado eficaz (MOREIRA; CRESPO, 2012).

Nos anos 2000 surgem duas novas abordagens para o desenvolvimento econômico centradas na estratégia do desenvolvimentismo, o Social-Desenvolvimentismo e o Novo-Desenvolvimentismo. O Social-Desenvolvimentismo defende a adoção de uma estratégia na qual o crescimento de longo prazo é resultado não de exportação de manufaturados, sustentado

pelo aumento do investimento do setor privado, mas do investimento de empresas estatais em conjunto com o aumento de gastos públicos e da expansão do mercado interno, com elevação da massa salarial e do volume de crédito. Diferente do Novo Desenvolvimentismo, o Social-Desenvolvimentismo não crê na eficácia dos ajustes de preços macroeconômicos (juros e câmbio) como fatores que promovem a mudança na estrutura produtiva da economia (MARCONI; OREIRO, 2016).

O Novo-Desenvolvimentismo, surge a partir de trabalhos críticos à forma como o Brasil conduziu as políticas de desenvolvimento econômico no século passado. Esta nova abordagem tem em Bresser-Pereira um dos principais expoentes. Para o autor, o desenvolvimento é um processo histórico que ocorre quando um país realiza sua revolução nacional e industrial e completa sua Revolução Capitalista. Apenas após essa revolução é que se torna possível discutir o desenvolvimento, pois é a partir desse momento que o progresso técnico ocorre de modo rápido e autossustentado com o reinvestimento dos lucros e incorporação de tecnologias mais eficientes como condição necessária para os resultados. O processo de desenvolvimento econômico pressupõe uma sociedade capitalista organizada como um estado-nação onde existem empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado que coordene o sistema econômico e um estado que regule esse mercado e que complete essa ação coordenadora. Mudanças estruturais, culturais e institucionais, são características do desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2008, 2014).

Nesta nova abordagem do desenvolvimento a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento fica irrelevante. Para Bresser-Pereira (2008), as duas expressões, desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico, podem ser consideradas sinônimas. O desenvolvimento econômico sempre se caracterizou por elevação da renda per capita e por melhoria nos padrões de vida. Em curtos períodos de tempo isto pode não ocorrer porque o desenvolvimento econômico é acompanhado por forte concentração de renda, mas basta aumentar o período analisado para que salários e o padrão de vida médio da população aumentem e a pobreza diminua.

O Novo Desenvolvimentismo, que se propõe a ser um terceiro discurso em opção ao Nacional Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional, apresenta duas fontes teóricas distintas. A primeira de Keynes que inspira o conceito de complementaridade entre Estado e

mercado. A segunda é o estruturalismo (e ne estruturalismo) cepalino³, interpretado por Fernando Fajnzylber, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano, de onde vem a ênfase para competitividade internacional com incorporação de progresso técnico e a necessidade da equidade social para o desenvolvimento.

O objetivo desse capítulo é apresentar os aspectos teóricos desta nova abordagem e para tanto, está dividido em cinco seções, a primeira apresenta a Teoria Macro Keynesiana, a segunda apresenta o modelo do Nacional Desenvolvimentismo, a terceira exhibe o modelo da Ortodoxia Convencional, a quarta expõe o modelo do Novo Desenvolvimentismo e a quinta, e última seção, aborda o problema da Doença Holandesa, apresentado no Novo Desenvolvimentismo.

2.1 A TEORIA MACRO KEYNESIANA

Na sua obra Teoria Geral, Keynes apresenta uma teoria macroeconômica dinâmica, onde as incógnitas fundamentais são o volume de produção e o nível emprego decorrente. É adotada uma abordagem que analisa o comportamento dos agregados econômicos básicos - a renda, o consumo, a poupança, o investimento - dentro de uma economia monetária. A teoria monetária é integrada a macroeconomia keynesiana e Keynes inaugura a abordagem macroeconômica integrando, ao mesmo tempo, a teoria monetária.

A macroeconomia keynesiana é uma teoria de emprego baseada na ideia de demanda agregada efetiva (renda). O nível de emprego depende da renda, que tem como principal objetivo o consumo, que depende da renda disponível (função consumo) e que tende a crescer menos que a renda, pois a propensão marginal a consumir é inferior a unidade. Disso resulta uma propensão média a poupança, que deve ser compensada por outra componente básica da procura agregada efetiva, o investimento. Conforme apresenta Bresser-Pereira (2018) o investimento para Keynes depende da taxa de lucro esperado menos a taxa de juros, ou custo do capital. Ele também argumentou que a função investimento, a taxa de lucro esperado,

³ Segundo Finello e Feijó (2017, p. 238) o método analítico utilizado pelo Novo Desenvolvimentismo é o mesmo adotado pelo Estruturalismo. Ele é denominado método histórico-dedutivo e é caracterizado por analisar o fenômeno concreto para depois abstrair e trabalhar o objeto desejado. Dessa maneira conseguem apresentar razoável correspondência com a realidade.

depende da demanda efetiva, a qual não estava automaticamente garantida devido a falha da Lei de Say e a presença da insuficiência de demanda. O investimento através do mecanismo multiplicador é quem determina a renda e é a variável fundamental do modelo keynesiano, pois pode ser manipulado com mais facilidade que o consumo. A realização do investimento depende da relação entre eficiência marginal do capital e da taxa de juros, caso a primeira seja maior que a segunda, o investimento ocorrerá. A taxa de juros no modelo keynesiano, é determinada pela oferta e procura de moeda. (BRESSER-PEREIRA, 1974).

No pensamento keynesiano o comportamento de uma economia, que produz em uma escala elevada, depende da acumulação de capital através de novos investimentos, ou seja, da parte da renda que é poupada. Um acúmulo exagerado de capital leva a uma menor capacidade efetiva de consumo frente a renda que é gerada e a capacidade produtiva instalada. Fica evidenciada a importância de uma taxa de investimento gradual na economia. Caso isso não ocorra, a insuficiência da demanda efetiva, resultado da falta de investimentos privados para absorver as poupanças geradas, promove uma redução da produção, do emprego e da renda e, assim, provoca uma ociosidade da capacidade produtiva (SHIKIDA, 1995).

Como uma teoria do emprego, conforme estabelece Carvalho (2008), o combate ao desemprego para Keynes exigia uma postura ativa do Estado. Somente a disposição do Estado para intervir sempre que ocorresse a possibilidade de insuficiência de demanda agregada, poderia garantir o pleno emprego. Nesse cenário surgem as políticas econômicas características do keynesianismo, as políticas fiscais e monetárias expansionistas que teriam a função de promover o emprego, a estabilidade de preços e o crescimento econômico. A intervenção do Estado não devia ser absoluta, deveria acontecer apenas em casos de crise, quando o livre mercado não conseguisse gerar demanda suficiente (VALE, 2014).

O keynesianismo foi objeto de grande distorção, principalmente nos anos 1980, quando teve que lidar com proposições populistas de déficits fiscais crônicos para combater a insuficiência de demanda. No entanto, em relação a atuação do Estado, Keynes fez distinção entre o orçamento corrente e o orçamento de capital e pregava o equilíbrio do primeiro. A administração dos gastos públicos para Keynes devia ser dividida em dois orçamentos: o orçamento corrente e o de capital. O corrente corresponde ao fundo de recursos fundamentais para manutenção dos serviços básicos oferecidos pelo Estado à população, como saúde pública, educação e previdência social. Keynes acreditava nos gastos correntes como estabilizadores automáticos dos ciclos econômicos, no entanto o orçamento corrente deveria ser sempre superavitário, na linha do equilíbrio. A outra parte do orçamento, correspondente ao orçamento

de capital, é aquela que trata das despesas públicas que se referem a investimentos produtivos realizados por conta do Estado para manutenção da estabilidade do sistema econômico. O orçamento de capital, como gerador de instituições produtivas, constrói seu próprio superávit ao longo do tempo. Para que as contas públicas fiquem equilibradas é necessário que, no curto prazo, não aconteça déficit corrente, pois os superávits do orçamento corrente financiam possíveis déficits no orçamento de capital. Contudo, os retornos dos investimentos públicos feitos tendem a equilibrar, no longo prazo, o orçamento de capital (FILHO; TERRA, 2011).

Assim, em resumo, Keynes defendia que o orçamento corrente deveria estar equilibrado o tempo todo ou mesmo com superávit, o que deveria ser transferido para o orçamento de capital, que por sua vez poderia se encontrar transitoriamente desequilibrado. Keynes propôs também que em momentos de recessão a conta corrente deveria ser deficitária e contracíclica (PAULA, 2008; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010).

2.2 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

O Nacional Desenvolvimentismo (Velho Desenvolvimentismo) é uma estratégia de desenvolvimento que foi adotada pelo Brasil e outros países latino-americanos entre os anos de 1930 e 1970 e que defendia um papel central para o Estado na promoção de poupança forçada para realização de investimentos diretos em infraestrutura e indústria pesada (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Segundo Bielschowsky (1988), desenvolvimentismo⁴, em seu conceito mais preciso, é a ideologia de transformação da sociedade, a maneira de superar a pobreza e o subdesenvolvimento por um projeto econômico. Este conceito é composto por quatro pontos fundamentais: (a) a industrialização total é o caminho para superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não existe maneiras de se obter uma industrialização eficiente através das forças de mercado, dessa forma, se faz necessário a participação do Estado no planejamento; (c) o planejamento deve estabelecer a expansão desejada dos setores da economia e os mecanismos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve orientar também

⁴ Desenvolvimentismo será a terminologia simplificada para se referir ao Nacional Desenvolvimentismo, Desenvolvimentismo Clássico e Desenvolvimentismo Cepalino, que apesar da mudança de nomenclatura se referem ao mesmo conceito.

a execução da expansão, ao absorver e coordenar os recursos financeiros e promover os investimentos diretos nos setores em que o investimento da iniciativa privada for escasso.

Foram os economistas, sociólogos e cientistas políticos latino-americanos que formularam essa estratégia (Desenvolvimentismo Cepalino) nos anos 1950 na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em Santiago (Chile) e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no Rio de Janeiro. Este grupo de economistas desenvolveu uma teoria do subdesenvolvimento e uma percepção de desenvolvimento econômico crítica a “relação centro-periferia”. Os economistas latino-americanos, dentre eles Celso Furtado, se inspiraram na economia política clássica de Adam Smith e Karl Marx, na teoria macroeconômica de John Maynard Keynes e Michael Kalecki, e nas novas ideias da escola da economia do desenvolvimento, para estabelecer a escola estruturalista latino-americana (BRESSER-PEREIRA, 2010).

O estruturalismo apresenta proposições bem definidas na sua composição. Crítico da lei da vantagem comparativa do comércio internacional, o modelo estruturalista tem como tese a defesa da indústria infante, que justificava a proteção à indústria manufatureira e a defesa de uma estratégia de industrialização baseada na substituição de importações. O aspecto dualista das economias subdesenvolvidas com oferta ilimitada de mão de obra também é apresentado pelo modelo, onde os salários apresentavam tendência de aumento mais lento do que a produtividade, o que reprimia salários e causava carência de demanda ou de oportunidade de investimentos lucrativos. Para o estruturalismo, é função do Estado a produção de poupança forçada e o investimento em setores chave, pois existia a crença de que os países subdesenvolvidos não apresentavam a poupança necessária para financiar o desenvolvimento. A elasticidade-renda das importações desses países, era superior a elasticidade-renda das suas exportações nos países ricos, o que justificava o crescimento com poupança externa, tal condição explicava o modelo dos dois hiatos que estabelecia a crença de que países latino-americanos, subdesenvolvidos, enfrentavam uma permanente restrição de divisas externas e que deveria ser resolvida com déficits em conta corrente, financiados por empréstimos ou investimentos externos. É reconhecido pelo estruturalismo uma inflação estrutural presente nos países latino-americanos, devido ao estrangulamento do lado da oferta da produção de bens agrícolas para consumo interno, no qual a oferta não respondia com eficiência as variações de demanda e nos preços, a outra fonte de inflação estrutural era o setor externo (BIELCHOWSKY, 1988).

Conforme define Fonseca (2015, p. 20) apesar de diferentes autores partirem de diversos aparatos teóricos, e de diferentes experiências históricas como base empírica, existe um núcleo comum principal para a definição do “Estado desenvolvimentista” com os seguintes elementos: (i) a existência de um projeto ou estratégia que tem como objeto a nação e seu futuro, pode ser identificado como projeto nacional contanto que não tenha repulsa ao capital estrangeiro, mas que tenha a nação como foco do projeto; (ii) a intervenção consciente e determinada do Estado com a intenção de viabilizar o projeto, com apoio social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade; e (iii) a industrialização como fator responsável para promover o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico.

O Nacional Desenvolvimentismo como estratégia de desenvolvimento pressupunha que países pobres deveriam passar por revoluções capitalistas, com objetivo de traçar o caminho aos níveis de crescimento dos países ricos. O Estado tinha como tarefa completar a acumulação primitiva de capital e promover a revolução industrial, através da poupança forçada e realização de investimentos, com a política industrial como fator central. A política fiscal adotada deveria evitar os déficits públicos e em conta corrente, a não ser em situações especiais como recessão. Compreendia que os déficits eram formas de desorganizar e enfraquecer o sistema econômico, visto que para o desenvolvimento estável a economia deveria ser solvente. Assim, déficits em conta corrente tornavam o país dependente dos credores externos, além de causarem inflação (BRESSER-PEREIRA, GALA, 2010).

2.3 A ORTODOXIA CONVENCIONAL

Ortodoxia Convencional é uma designação dada por Bresser-Pereira (2006) para o “Consenso de Washington” que, segundo o autor, não pode ser simplesmente entendida como as dez reformas listadas no relatório do Consenso de Washington elaborado por John Williamson em 1989. Crítico das experiências desenvolvimentistas na América Latina a partir de 1950, o relatório apresenta orientações sobre às estratégias de desenvolvimento e políticas macroeconômicas a serem seguidas pelos países em desenvolvimento. O relatório segue os pilares neoliberais fundamentais da liberalização e desregulamentação, ascendentes na década de 1980, além de convergir aos interesses dos Estados Unidos, juntamente com outros países

desenvolvidos, e de organizações multilaterais como o FMI⁵ e Banco Mundial (GONÇALVES, 2012).

O Consenso de Washington enfatiza o uso de políticas de estabilização macroeconômica. No âmbito das finanças públicas é pregada a disciplina econômica a fim de evitar déficits. A política fiscal deve ser orientada para gastos públicos em saúde, educação básica e infraestrutura. É proposta uma reforma da tributação com a implementação de uma base fiscal ampla e alíquotas marginais moderadas. Também é orientada uma liberalização financeira com a taxa de juros determinada pelo mercado. Por fim, a taxa de câmbio deve ser competitiva, com uma flutuação controlada e que mantenha a paridade do poder de compra. Após sofrer críticas com relação as suas diretrizes e a necessidade de reformas de segunda geração, surge o Consenso de Washington Ampliado⁶, que passa a enfatizar a importância das reformas institucionais (GONÇALVES, 2012).

Conforme estabelece Bresser-Pereira (2010) a Ortodoxia Convencional é uma ideologia exportada aos países de renda média e que busca atender os interesses dos países ricos com a promessa de promover a prosperidade geral, mas que neutraliza a capacidade de competição dos países em desenvolvimento. Ela apresenta quatro proposições: (i) reformas liberalizantes orientadas para o mercado a fim de desregulamentá-lo, privatizações de monopólios públicos com o objetivo de reduzir o tamanho do Estado e capazes de permitir que o mercado opere livremente; (ii) controle da inflação como principal objetivo da política macroeconômica; (iii) taxas de juros elevadas, como um dos mecanismos de controle a inflação, além de uma taxa de câmbio apreciada; e, (iv) o desenvolvimento econômico tratado como uma competição entre países para obtenção de poupança externa (déficits em conta corrente) que irá financiá-lo, onde os déficits não são motivo para preocupação.

A Ortodoxia Convencional é fruto do pensamento monetarista neoliberal globalizante, formulada nos Estados Unidos e pelas suas instituições econômicas. Essa visão conclui que a interferência pública na economia provoca grandes consequências macroeconômicas, como inflação e crises cambiais. O mercado impõe aos governos a adoção de políticas consideradas sólidas e a receita convencional é de um Estado mínimo. Fica estabelecido que taxa de câmbio e fluxos de capitais devem ser livres. A linha de pensamento adotada é antinacionalista e tem a ideologia da globalização como argumento que sustenta a

⁵ Fundo Monetário Internacional.

⁶ Conhecido também como Pós-Consenso de Washington.

interdependência das nações que se desenvolveram, ao ponto que Estados nacionais se tornaram impotentes (SICSÚ, PAULA, MICHEL, 2005).

2.4 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O Novo Desenvolvimentismo (ND) - conceito lançado em 2003 por Bresser-Pereira em contraposição tanto ao Consenso de Washington (Ortodoxia Convencional), quanto ao antigo desenvolvimentismo - baseia-se nas ideias estruturalistas e keynesianas, mas agora aprimoradas por novos modelos econômicos, que levam em consideração as políticas desenvolvimentistas de sucesso dos países asiáticos. Este novo “modelo”⁷ busca entender a economia dos países de renda média, que já realizaram sua revolução industrial e capitalista, como o Brasil (MORAIS; SAAD, 2011; BRESSER-PEREIRA 2012, 2016).

Na visão dos novos-desenvolvimentistas, o Estado tem um papel estratégico e deve priorizar a busca pelo desenvolvimento econômico. Isto deve ser perseguido por meio de uma taxa de câmbio competitiva, mantendo a responsabilidade fiscal e com aumento da carga tributária para financiar gastos sociais. Esta busca pelo desenvolvimento deve envolver ainda: uma política industrial subsidiária, limitada e estratégica, com papel considerável na redistribuição de renda; o crescimento baseado na produção industrial voltada para exportação combinado com um mercado interno forte e financiado por poupança interna; a ação do Estado para criar oportunidades de investimento, mas com papel moderado no investimento direto; e, na esfera política, deve-se buscar a formação de um pacto político entre as classes (empresários, políticos e trabalhadores) (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012; GONÇALVES, 2012).

Sicsú, Paula e Michel (2005), sintetizam as ideias do ND em quatro teses: (i) não há mercado forte sem Estado forte; (ii) não existe crescimento sustentado, sem o fortalecimento do Estado e do mercado, e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que permita crescimento com equidade social; e (iv) não é possível diminuir a desigualdade sem crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas.

⁷ A rigor o Novo Desenvolvimentismo não é um modelo de desenvolvimento, mas um conjunto de ideias que vêm sendo construídas pelos autores. Aqui será usada a denominação modelo para facilitar a fluência do texto.

O novo modelo propõe que os países adotem um modelo de crescimento do tipo *export-led* (puxado pelas exportações) e destaca a importância de cinco variáveis macroeconômicas, e suas respectivas políticas, consideradas chave neste processo de desenvolvimento: taxa de juros e inflação (política monetária), salários (política salarial), dívida pública (política fiscal) e taxa de câmbio (política cambial) (BRESSER-PEREIRA, 2003). O regime de política macroeconômica proposto pelo ND estabelece que os governos devem buscar conciliar: i) o alcance de uma taxa de inflação moderadamente baixa e estável com uma taxa real de câmbio competitiva e consistente; ii) uma taxa real de juros inferior à taxa de retorno de capital; iii) um déficit público (proporcional ao PIB) próximo de zero; e, iv) um crescimento dos salários reais próximo a mesma taxa que o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho.

Um resumo dos objetivos que cada uma destas políticas deve perseguir, assim como suas metas e instrumentos está apresentado no Quadro 01. Conforme destacado por Oreiro (2012), caso essas metas operacionais de inflação, câmbio real, taxa de juros real, déficit fiscal e salário real, não sejam alcançadas e não sejam respectivamente consistentes, o modelo de crescimento do tipo *export-led* não será possível.

A política monetária tem um papel relevante no ND, visto que o modelo não tem nenhuma complacência com a inflação e defende um Banco Central que seja ao mesmo tempo responsável pelo controle inflacionário (atuando no regime de metas inflacionárias) junto com o controle da taxa de câmbio e do emprego, trabalhando com uma taxa de juros de curto prazo exógena e que pode ser moderada, como um dos artifícios de controle inflacionário (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012; GONÇALVES, 2012).

A política fiscal, conforme destacam Marconi e Oreiro (2016), pode ser usada para estabilização do nível de atividade econômica, contanto que respeite as contas públicas, visto que déficits fiscais crônicos tende a enfraquecer o Estado. O ND rejeita déficit fiscal (e déficit na conta corrente), mas defende uma política fiscal responsável que, combinada com uma política cambial ativa, elimine o déficit público, ao mesmo tempo que permite o aumento sustentável do investimento público (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012; GONÇALVES, 2012).

Quadro 01: Regime de Política Macroeconômica do Novo Desenvolvimentismo

Tipo de Política	Objetivos	Metas Operacionais	Instrumentos
Política Monetária	Inflação baixa e estável. Crescimento robusto e sustentável do produto real.	Meta de Inflação. Meta de crescimento do produto real proporcional ao equilíbrio do BP ⁸ .	Taxa de juros de curto prazo. Depósitos compulsórios. Requerimento de Capital próprio.
Política Fiscal	Dívida pública como proporção do PIB baixa e controlada nos médio e longo prazos. Nível de atividade econômica estável.	Meta de déficit fiscal ajustado igual ou próximo de zero. Meta de crescimento do produto real compatível com o equilíbrio do BP.	Estabilizadores automáticos. Gastos discricionários com investimento público em obras de infraestrutura.
Política Salarial	Estabilidade da participação dos salários na renda nacional.	Meta de variação do custo unitário do trabalho à meta da inflação.	Variação dos salários nominais proporcional à soma entre meta de inflação e taxa da produtividade marginal do trabalho.
Política Cambial	Competitividade das exportações de manufaturados nos mercados internacionais.	Meta de taxa real de câmbio competitiva nos médio e longo prazos.	Controles a entrada de capitais.

Fonte: Oreiro (2012).

A política salarial deve manter os salários crescendo no mesmo ritmo da produtividade do trabalho, para não prejudicar a competitividade externa das economias (podendo crescer acima dessa produtividade quando a produtividade do capital também for muito elevada), e deve garantir redistribuição funcional da renda. Além disso, a distribuição de renda deve ser melhorada através de políticas que diminuam a dispersão salarial (como o investimento em capital humano), de impostos sobre heranças e do pagamento de salários

⁸ Balança de Pagamentos.

indiretos na forma de benefícios sociais (MARCONI; OREIRO, 2016). Como enfatizam Bresser-Pereira (2016) e Oreiro (2012), para combater o problema de distribuição de renda a política deve ser composta de quatro elementos: política tributária progressiva; a política de construção de um Estado social; uma política de salário mínimo; e, a definição de um nível para taxa de juros que permita o banco central executar sua política monetária.

A taxa de câmbio é uma variável fundamental na teoria econômica do desenvolvimento, devido ao câmbio apreciado artificialmente e ao déficit em conta corrente que atinge alguns países. Ela deve ser mantida competitiva nas economias em desenvolvimento devido à ocorrência de falhas de mercado (como a Doença Holandesa) e a diferença entre as taxas de juros dos países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos. É necessário que a taxa de câmbio seja flutuante e administrada, para neutralizar sua tendência a sobrevalorização, o que leva à chamada “Doença Holandesa”, problema recorrente em países exportadores de *commodities* como o Brasil. O objetivo perseguido na política cambial deve ser manter uma taxa real de câmbio competitiva nos médio e longo prazos, o que equivale a aproximar a “taxa de câmbio de equilíbrio corrente” da “taxa de câmbio de equilíbrio industrial” e assim neutralizar a Doença Holandesa. (BRESSER-PEREIRA, 2003; MORAIS; SAAD, 2011; OREIRO, 2012). Isto será apresentado em detalhes na próxima seção.

Portanto, a estratégia de crescimento *export-led* defendida pelo Novo Desenvolvimentismo deve promover a exportação de produtos manufaturados e estimular a acumulação de capital e a introdução de progresso tecnológico na economia. A expansão das exportações permite uma expansão do produto real, que induz um crescimento da produtividade do trabalho e viabiliza um crescimento não inflacionário dos salários reais e a preservação de uma taxa de juros baixa em termos nominais e reais, com efeitos expansionistas sobre a demanda agregada. A expansão da demanda agregada no cenário de juros reais baixos e estáveis, permite aos empresários realizarem investimentos na ampliação e inovação da capacidade produtiva, que induz a oferta agregada a se ajustar ao ritmo da demanda agregada, e ajuda a manter a inflação controlada. Além disso, a estabilidade da distribuição funcional de renda assegura que os gastos de consumo irão crescer em um ritmo aproximadamente igual ao PIB real no médio e longo prazo, o que garante a sustentação do ritmo de crescimento pelo lado da demanda doméstica (BRESSER-PEREIRA, 2016; OREIRO, 2012).

Dessa maneira, o déficit público não desempenha papel relevante na indução ou na sustentação do crescimento. A importância da responsabilidade com as contas públicas é manter a estabilidade e o Estado forte. Para o Novo Desenvolvimentismo a estabilidade

macroeconômica corresponde ao controle inflacionário, redução do endividamento líquido do setor público e diminuição da vulnerabilidade das contas externas quanto a choques internacionais. É fundamental contar com instituições gerais que fortaleçam o Estado e o mercado, e com um conjunto de políticas econômicas que formem uma estratégia nacional de desenvolvimento (MORAIS; SAAD, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2016; OREIRO, 2012).

2.5 O PROBLEMA DA “DOENÇA HOLANDESA”

A Doença Holandesa é uma falha de mercado caracterizada pela apreciação permanente da taxa de câmbio causada por rendas ricardianas⁹. Isto ocorre devido a existência de recursos naturais baratos e abundantes que permitem a exportação de *commodities* a uma taxa de câmbio valorizada em comparação com a taxa cambial necessária para as demais empresas produtoras de bens comercializáveis do país serem produtivas e competitivas internacionalmente. É um fenômeno estrutural comum em países que tem recursos naturais em abundância e que causa efeitos em toda a indústria local, pois gera obstáculos para o processo de industrialização e ainda pode promover a desindustrialização, caso o país já tenha se tornado industrializado, mas não consiga neutralizar esta falha de mercado (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO, 2014).

Além desta causa estrutural (denominada Doença Holandesa), a tendência de sobrevalorização cíclica e crônica da taxa de câmbio de um país, conforme destaca Bresser-Pereira (2016), tem três causas políticas relacionadas ao populismo cambial: (i) a política de crescimento via poupança externa, com déficits em conta corrente, em conjunto com uma política de manutenção de uma taxa de juros elevada para atrair capital; (ii) a adoção pelo Banco Central de uma taxa básica de juros elevada, acima do padrão internacional, para controlar a inflação e atrair fluxo de capitais; e, (iii) a adoção de uma âncora cambial para conter a inflação.

Para os novos desenvolvimentistas o problema é que ocorrem fluxos de capitais especulativos para os países e estes fluxos obedecem a lógica da tendência a sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio. O ciclo de apreciação inicia e termina com uma crise

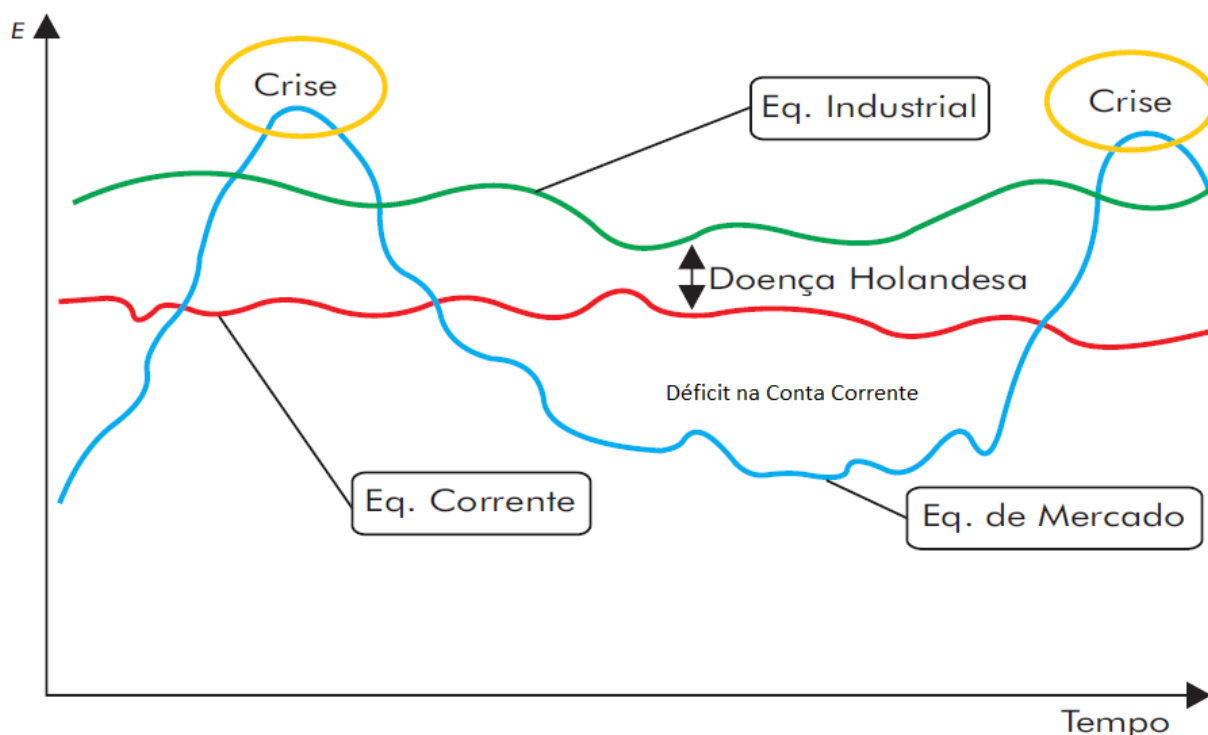
⁹ No conceito de David Ricardo, *commodities* dão origem a doença holandesa porque são beneficiadas por rendas ricardianas e seu preço de mercado é definido no mercado internacional pelo produtor marginal menos eficiente admitido no mercado. A diferença entre o custo correspondente a esse preço e o custo de um país em produzir a *commodity* graças aos recursos naturais é a renda ricardiana.

financeira. A crise faz o câmbio depreciar fortemente (devido a saída de capitais), mas volta a valorizar em seguida, alavancado pela Doença Holandesa e pelos juros altos, associado às políticas de crescimento com poupança externa e de âncora cambial. O nível é então mantido sobreapreciado por algum tempo, até que volta a depreciar intensamente quando ocorre uma nova crise encerrando o ciclo (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Conforme destacam Bresser-Pereira e Marconi (2008), o primeiro modelo de Doença Holandesa foi feito por Corden e Neary (1982) e aperfeiçoado por Corden (1984). Nesse modelo são apresentados três setores: o de produtos não comercializáveis, o de produtos comercializáveis que cresce rapidamente (extração de recursos naturais) e o de comercializáveis que cresce lentamente (indústria de manufaturados). O setor que produz recursos naturais tende a aumentar suas receitas de exportação rapidamente, o que leva a valorização da taxa de câmbio, e conseqüentemente desestimula a exportação no setor das manufaturas. Parcela dos fatores produtivos é transferido ao setor de produtos comercializáveis que cresce rapidamente e para o setor de não comercializáveis, devido ao aumento da renda interna. Como consequência, a produção de manufaturas pode se deslocar para atender o mercado interno, mas em decorrência da redução das vendas externas e do aquecimento dos demais setores, pode ocorrer um processo de desindustrialização. Em 2008 Bresser formulou um modelo da Doença Holandesa no qual acrescenta os conceitos de equilíbrio corrente e equilíbrio industrial, e que se concentrou na taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA 2018).

Um país que enfrenta a Doença Holandesa, além da taxa de câmbio de equilíbrio de mercado – que corresponde ao preço de mercado da moeda estrangeira, que segue a tendência cíclica - tem mais duas taxas, apresentadas na Figura 01: i) a taxa de câmbio de equilíbrio corrente (linha vermelha), que é a taxa que equilibra a conta corrente do país, o equilíbrio efetivo, em torno do qual flutua a taxa de câmbio de equilíbrio de mercado (linha azul); e, ii) a taxa de câmbio de equilíbrio industrial (linha verde), taxa que permite a competitividade das empresas, que utilizam tecnologia de ponta, em nível mundial (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Figura 01: As Diversas Taxas de Câmbio de Economias com Doença Holandesa



Fonte: Bresser Pereira (2018).

Na existência da Doença Holandesa, a taxa de câmbio de equilíbrio de mercado (câmbio nominal) flutua em torno da taxa de equilíbrio corrente, que é predominantemente mais baixa (mais apreciada) do que a de equilíbrio industrial mais alta (desvalorizada). A distância entre o equilíbrio industrial e o equilíbrio corrente determina a Doença Holandesa. A taxa de equilíbrio corrente depende de quatro fatores: preço internacional das *commodities*; índice de preço comparativo do custo unitário do trabalho do setor de *commodities*; do imposto sobre exportações que o país usa para neutralizar a Doença Holandesa, e do lado interno, das tarifas sobre importações. A taxa de equilíbrio industrial depende do índice comparativo do custo unitário do trabalho dos bens e serviços comercializáveis não *commodity* e das relações de troca que envolvem esses bens. Em caso de não existência da Doença Holandesa os equilíbrios corrente e industrial são iguais, com apenas um valor que flutua o preço da taxa de câmbio no mercado (BRESSER-PEREIRA, 2016).

No momento em que a manufatura estiver competitiva, isso é, a taxa de câmbio observada estiver no patamar de equilíbrio industrial, deverá ser observado um superavit em conta corrente. Dado, por outro lado, que na economia brasileira a doença holandesa não é grave, mas moderada, esse superavit deve ser pequeno. Em um país com doença holandesa, a

taxa de câmbio observada também deve ser menor que o equilíbrio industrial. Entretanto, devido a variações muito grandes na oferta e na procura por moeda estrangeira, tal taxa de câmbio pode, em determinadas condições, ficar acima do equilíbrio corrente e até mesmo do equilíbrio industrial. Nas crises cambiais isso geralmente acontece, mostrando como a volatilidade do preço da moeda pode descolar a taxa de câmbio observada de seus níveis de equilíbrio e, por isso, justificar a necessidade de praticar ações do governo que evitem a sua oscilação acentuada prejudicando toda a economia (CDN-FGV, 2021).

Assim, em países que sofrem da Doença Holandesa, verifica-se uma sobrevalorização da taxa de câmbio que acontece em forma de um ciclo, iniciado e terminado por crises cambiais ou de balanço de pagamentos. O ciclo pode ser dividido em três períodos: primeiro a crise como ponto de partida, o segundo de valorização cambial acentuada, mas com o equilíbrio intertemporal da conta corrente, e o terceiro período a partir do déficit em conta corrente, até ser estabelecida outra crise que encerra o ciclo. No primeiro momento, partindo da ocorrência da crise, como pode ser observado no círculo amarelo a esquerda da Figura 01, acontece uma depreciação agressiva que pode levar a taxa de câmbio (preço de mercado da moeda estrangeira), linha azul, até um nível superior ao de equilíbrio industrial, linha verde. No segundo momento começa a operar as forças da Doença Holandesa, promovendo uma apreciação cambial elevada. Contudo, a Doença Holandesa é compatível com o equilíbrio intertemporal da conta corrente. No decorrer do tempo, a taxa de câmbio de mercado continua a se apreciar e entra na região de déficit em conta corrente, identificado na Figura 01 abaixo do equilíbrio corrente. Nos países que sofrem com Doença Holandesa, este movimento de apreciação ocorre, porque os lucros e juros de mercado permanecem mais elevados, em decorrência da política econômica aplicada para atrair capitais externos: a política de crescimento com poupança externa, a política de metas de inflação que faz uso do câmbio como âncora cambial, e a elevação dos juros reais para atração de capitais. O terceiro período do ciclo acontece a partir do instante que a taxa de câmbio permanece abaixo da linha de equilíbrio corrente, o país passa a ficar em déficit e necessita ser financiado, além disso existirá uma dívida externa que continua a necessitar de financiamento. A partir de dado momento, seja pela relação dívida/exportações está se tornando elevada, seja pelo ritmo de crescimento do déficit em conta corrente está elevado demais, os credores perdem a confiança e a entrada de capitais cessa abruptamente, o resultado disso é uma nova crise, está sinalizada no círculo amarelo a direita na Figura 01, com forte desvalorização cambial, que chega a ultrapassar a linha correspondente ao equilíbrio industrial e que encerra o ciclo (BRESSER-PEREIRA, GALA, 2010).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho tem como propósito discutir se o Novo Desenvolvimentismo foi adotado como estratégia de promoção de crescimento econômico no Brasil no período de 2003 a 2013. Como foi apresentado no capítulo anterior, as políticas monetária, fiscal, cambial e salarial (definidos seus objetivos e instrumentos específicos) são consideradas consistentes com o regime de crescimento proposto pelo Novo Desenvolvimentismo. No entanto, o objetivo desse trabalho não é investigar se o país adotou estrategicamente todas as políticas propostas pelos novos desenvolvimentistas para promover o crescimento observado no período estudado, e sim focar, especificamente, na análise das seguintes variáveis: i) a condução da taxa de juros (instrumento da política monetária) e seu efeito sobre a inflação, visto que a meta da política monetária deve ser manter a inflação baixa e estável; e, ii) a condução da política cambial e seu efeito sobre o problema da “Doença Holandesa”. Além disso, pretende descrever os principais problemas na implementação das políticas propostas pela estratégia novo desenvolvimentista.

Com o intuito de alcançar estes objetivos e obter respostas para as questões levantadas, o trabalho utiliza procedimentos científicos, e, portanto, é classificada como pesquisa científica. Quanto à natureza, a pesquisa é classificada como bibliográfica e descritiva. É descritiva pois observa, registra, analisa e interpreta os dados, da forma como eles realmente se apresentam, sem interferência do pesquisador, além de explicar as relações de causa e efeito dos fenômenos, e o papel que as variáveis exercem para o aparecimento dos fenômenos. (LAKATOS; MARCONI, 2003). Se enquadra como uma pesquisa bibliográfica pois busca averiguar os resultados da condução da taxa de juros e da taxa de câmbio e suas relações com o crescimento econômico brasileiro, dentro do que é definido pela estratégia do Novo Desenvolvimentismo, a partir de trabalhos científicos já existentes sobre o tema. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já existente sobre o conteúdo e busca analisar e identificar as contribuições existentes sobre um assunto específico (GIL, 2002; CARTONI, 2011).

Quanto à aplicação ou sua finalidade, pode ser considerada uma pesquisa pura (básica). O seu objetivo é gerar novos conhecimentos úteis para o avanço do tema, sem aplicação prática prevista. Envolve predileções universais e desenvolvimento do próprio conhecimento (CARTONI, 2011). Esta pesquisa gera conhecimentos a respeito da

funcionalidade e eficácia da estratégia de crescimento econômico adotada no Brasil no decênio entre 2003 e 2013.

O procedimento técnico adotado nesta pesquisa foi a documentação indireta, resultado da pesquisa bibliográfica, feita a partir de material já publicado, composto por livros, artigos de periódicos e de material disponibilizado na internet, além de pesquisa documental elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico (CARTONI, 2011; SILVA e MENEZES 2005).

O trabalho utilizou dados secundários que foram analisados e interpretados de forma quantitativa e qualitativa. Para abordagem quantitativa, os dados foram apresentados em gráficos, a fim de favorecer a análise e entendimento dos resultados. Na abordagem qualitativa foi feita uma análise descritiva e comparativa dos dados de cada variável estudada, com o intuito de analisar se a forma como foi conduzida politicamente cada variável se enquadra nas estratégias propostas pelo Novo Desenvolvimentismo. Os tipos e as fontes dos dados secundários utilizados neste trabalho foram:

i) Para analisar a condução da taxa de juros e seu efeito sobre a inflação foram usadas como medidas destas variáveis:

a) A Taxa básica de juros, Selic, fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), obtidas do Banco Central do Brasil (BACEN); e,

b) O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), obtido através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

ii) Para apresentar os dados sobre o crescimento do PIB no período foram usadas:

a) Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, variação em volume percentual, obtido através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Contas Nacionais Anuais.

iii) Para analisar a condução da política cambial e seu efeito sobre o problema da “Doença Holandesa” foram usadas:

a) Taxa de câmbio de equilíbrio industrial e taxa de câmbio de equilíbrio corrente, ambas obtidas do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da Fundação Getúlio Vargas (CDN-FGV). Estas taxas foram propostas pelo Novo Desenvolvimentismo e, para um melhor entendimento seus conceitos são apresentados na próxima seção¹⁰.

3.1 A TAXA DE CÂMBIO DE EQUILÍBRIO NA TEORIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA¹¹

A taxa de câmbio é definida como o preço da moeda estrangeira, ou seja, é o montante em moeda nacional necessário para comprar uma unidade de moeda estrangeira. Este preço depende da oferta e da procura de moeda estrangeira que, por sua vez, varia de acordo com as mudanças das relações de troca e, portanto, do fluxo de mercadorias e serviços, e de acordo com o saldo das entradas e saídas de capital.

Para o Novo Desenvolvimentismo (ND), a taxa de câmbio não é determinada apenas pela oferta e procura de moeda (que determinam o preço da moeda), mas também depende de seu valor. O valor da moeda estrangeira ou da taxa de câmbio é aquele que cobre o custo mais lucro satisfatório das empresas que participam do comércio externo do país, dadas as relações de trocas habituais no país.

O preço da moeda, que é definido de acordo com a oferta e demanda no mercado de câmbio, flutua em torno do seu valor. Mas o valor da moeda também apresenta variações. De acordo com o ND, as variações no valor da moeda estrangeira são determinadas por variações no Índice Comparativo do Custo Unitário do Trabalho (icCUT). Esse índice resulta da comparação entre as variações do CUT do país (Brasil) e as variações dos custos unitários do trabalho de seus parceiros comerciais. O CUT é dado pela razão entre salário médio e produtividade e é considerado fundamental na determinação da competitividade do país.

No momento em que ocorre a elevação do icCUT do país (seja porque os salários nesse país aumentaram mais do que nos outros e/ou porque a produtividade do trabalho aumentou menos do que nos outros), o valor da taxa de câmbio sobe, a competitividade técnica do país se deteriora. Em consequência, o mercado se encarregará de depreciar a taxa de câmbio

¹⁰ Para mais detalhes sobre conceitos e a metodologia de cálculo destas taxas de câmbio consultar: Nota Metodológica Cálculo da Taxa de Câmbio de Equilíbrio Industrial. Disponível em <https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-novo-desenvolvimentismo/projetos/taxa-cambio-equilibrio-industrial>.

¹¹ Esta seção foi toda baseada em CDN-FGV, 2021.

para buscar manter o equilíbrio intertemporal do saldo em transações correntes. Uma movimentação no sentido inverso quando ocorrer uma redução do icCUT.

Com base nesta diferenciação de valor e preço do câmbio, a macroeconomia novo-desenvolvimentista apresenta três equilíbrios de taxa de câmbio (ou três taxas de câmbio de equilíbrio):

- i) **Taxa de equilíbrio Corrente** é a taxa de câmbio de uma economia que não tenha doença holandesa. Corresponde à taxa que equilibra intertemporalmente a conta corrente do país. Varia em função de mudanças no valor (da moeda estrangeira) e na oferta e procura por bens e serviços no comércio internacional e, por consequência, principalmente devido as mudanças nas relações de troca. Esta taxa varia principalmente em função de variações nas relações de troca. Assim, o valor da moeda estrangeira é próximo do equilíbrio corrente, mas difere dele porque o valor não considera, em sua definição, as variações nas relações de troca, mas sim as variações nos custos de produção.
- ii) **Taxa de equilíbrio industrial** é a taxa de câmbio que torna competitiva as empresas (ou os projetos de investimento) que produzem bens e serviços *tradables non-commodities* e que utilizam a melhor tecnologia no mundo. Esta taxa varia em função, principalmente, de variações no icCUT.
- iii) **Taxa de equilíbrio de dívida externa:** é a taxa de câmbio que é mais apreciada que a de equilíbrio corrente e, portanto, está associada a um déficit em transações correntes, embora tal déficit resulte em um aumento da dívida externa menor que a taxa de crescimento do PIB – que mantenha, portanto, a relação dívida externa / PIB estável ou declinante.

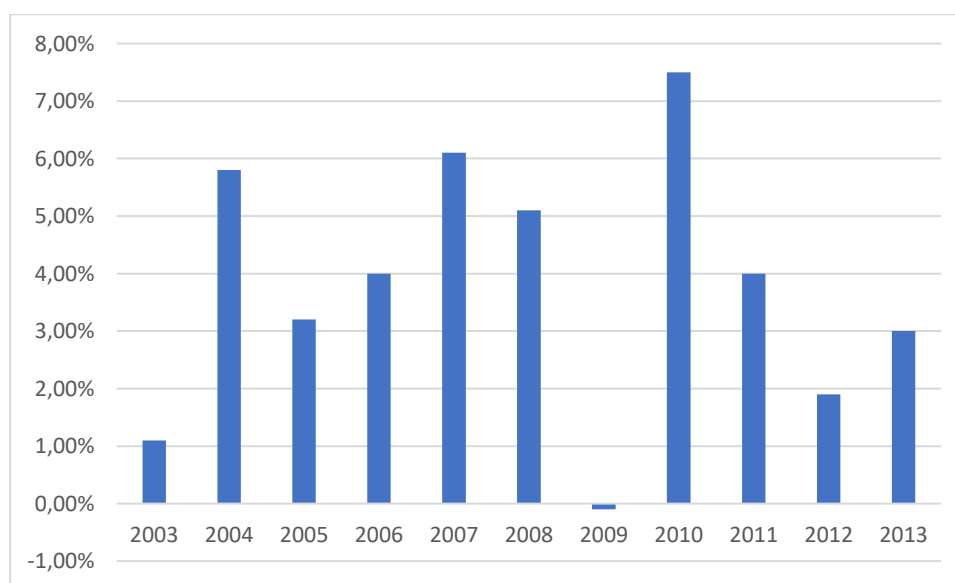
Em um país em que se observa a doença holandesa, o equilíbrio industrial é, por definição, mais depreciado que o equilíbrio corrente, por isso só foi usado estes dados neste trabalho.

4. NOVO DESENVOLVIMENTISMO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: RESULTADOS

O Novo Desenvolvimentismo surgiu em 2003 como uma terceira alternativa de estratégia econômica. A discussão que levou a esta nova estratégia tem origem nos vários trabalhos que criticavam às políticas de desenvolvimento econômico adotadas no Brasil no século XX, baseadas no Desenvolvimentismo Clássico e na Ortodoxia Convencional. O fracasso (nos âmbitos econômico e social) destas políticas, especificamente as neoliberais (Ortodoxia Clássica), marcantes nos anos de 1990 nos países latino-americanos, foi o que possibilitou a partir dos anos 2000 a guinada dos governos nacionais da região para líderes de esquerda.

No Brasil, o período de 2003 a 2013 foi marcado por um robusto crescimento econômico, como apresentado no Gráfico 01, com o PIB crescendo a um valor médio de 3,78% ao ano. Nesse espaço de tempo ocorreu a mudança de viés político no país, com a eleição de um líder de esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, para assumir a Presidência da República.

Gráfico 01: PIB Brasil Variação Percentual em Volume



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Apesar da mudança para um governo de esquerda, o seu primeiro mandato seguiu influenciado por tendências neoliberais, mas os resultados macroeconômicos insatisfatórios e desapontamentos quanto ao desempenho econômico do Brasil, gerou um debate dentro do governo a respeito da necessidade de alterações do projeto econômico. Foi proposta uma participação mais ativa do Estado na política econômica a fim de possibilitar o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

O Governo Federal determinou então um novo planejamento econômico que tinha como objetivo um projeto nacional para o Brasil. Este novo projeto determinava a ruptura com o neoliberalismo e a adoção de novas políticas monetárias, cambiais e fiscais. Essa ruptura se fazia necessária pois era visto que políticas neoliberais eram prejudiciais para a construção de um Estado soberano, e que era preciso buscar a retomada do desenvolvimento atrelado com a estabilidade econômica. Assim, a partir de 2006 algumas políticas defendidas pelo Novo Desenvolvimentismo passaram a ser adotadas pelo governo. O objetivo da mudança da política econômica era possibilitar um Estado mais ativo, que estimulasse a produção através de financiamento e de políticas de infraestrutura, que levasse a formação de empresas competitivas internacionalmente (campeãs nacionais) e a expansão do consumo de massa.

O objetivo desse trabalho é discutir se as estratégias de política econômica defendida pelo Novo Desenvolvimentismo foram de fato utilizada como estratégia de promoção de desenvolvimento econômico no Brasil no período de 2003 a 2013. Isto será feito nesse capítulo. Para tanto, a fim de compreender o Novo Desenvolvimentismo e suas proposições quanto às políticas econômicas, e se foram elas que ajudaram a promover o crescimento econômico no período estudado, o capítulo está dividido em três seções. A primeira, analisa a condução da taxa de juros e a maneira como foi utilizada para controlar a inflação; a segunda verifica a forma como foi conduzida a taxa de câmbio no Brasil e se foi combatido o problema da Doença Holandesa; e, a última seção identifica as principais dificuldades enfrentadas para implementação da estratégia econômica “Novo Desenvolvimentista”.

4.1 CONDUÇÃO DA TAXA DE JUROS PARA CONTROLE INFLACIONÁRIO.

O Novo Desenvolvimentismo estabelece que a política monetária deve ser conduzida tendo como objetivo manter a inflação baixa e estável, para isso é estabelecida uma

meta inflacionária. Para atingir o resultado ou meta de inflação desejada, o instrumento utilizado é a taxa de juros de curto prazo. No Brasil a taxa de juros de curto prazo adotada é a Taxa Selic, que corresponde a taxa básica de juros da economia, ela é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BACEN) para fazer o controle da inflação. Existem diversos índices para cálculos inflacionários no Brasil, mas o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o principal. O objetivo do IPCA é medir a inflação de um grupo de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias.

Esta seção analisa os valores correspondentes a Taxa Selic e ao IPCA, além de relacioná-los, no período entre 2003 a 2013. Esse espaço de tempo é marcado por dois mandatos do presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010) e parte do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2013). A análise dos valores citados nesta seção busca responder se em algum momento durante esses mandatos foi adotada uma postura que corresponde estabelecida pelo Novo Desenvolvimentismo quanto a condução da política monetária, ou seja, se esta política foi conduzida para manter a inflação dentro das metas estabelecidas. O ND estabelece que a taxa real de juros deve ser consideravelmente inferior à taxa de retorno do capital e que deve ser uma taxa de juros moderada, que possibilite o Banco Central executar sua política monetária.

A adoção do regime de metas inflacionárias iniciou no Brasil em 1999 e corresponde a um dos componentes do Tripé-Macroeconômico¹². Foi implementado pelo presidente do BACEN na época, Armínio Fraga, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que antecedeu o presidente Lula. No regime de metas, Conselho Monetário Nacional (CMN) define uma meta operacional para a inflação e esta deve seguir vigente na economia. É definido também um intervalo (Banda) que delimita os limites inferior e superior dentro do qual a inflação pode flutuar. Caso a inflação fique fora do intervalo de tolerância, o presidente do Banco Central deve escrever uma carta aberta ao Conselho Monetário Nacional (CMN), contendo as causas do descumprimento da meta e as providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos. A Tabela 01 mostra o histórico do IPCA acumulado ao ano (dezembro) no período entre 2003 a 2013, as metas estabelecidas para os

¹² Tripé Macroeconômico é o conjunto dos três pilares que definem a condução da política econômica brasileira: câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal, implementado em 1999.

anos, as bandas de flutuação e os limites inferior e superior dentro dos quais o IPCA podia flutuar.

Tabela 01: Brasil - Histórico do IPCA e Metas Inflacionárias (2003-2013)

Ano	Meta	Banda	Limites INF e SUP	IPCA Acumulado (dezembro)
2003*	3,25% e 4%	2% e 2,5%	1,25% e 5,25% 1,5% e 6,5%	9,3%
2004*	3,75% e 5,5%	2,5% e 2,5%	1,25% e 6,25% 3% e 8%	7,6%
2005	4,5%	2,5%	2% e 7%	5,69%
2006	4,5%	2%	2,5% e 6,5%	3,14%
2007	4,5%	2%	2,5% e 6,5%	4,46%
2008	4,5%	2%	2,5% e 6,5%	5,9%
2009	4,5%	2%	2,5% e 6,5%	4,31%
2010	4,5%	2%	2,5% e 6,5%	5,91%
2011	4,5%	2%	2,5% e 6,5%	6,5%
2012	4,5%	2%	2,5% e 6,5%	5,84%
2013	4,5%	2%	2,5% e 6,5%	5,91%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

*Estabelecidas metas ajustadas de 8,5% em 2003 e de 5,5% em 2004, conforme a Carta Aberta de 21/01/2003.

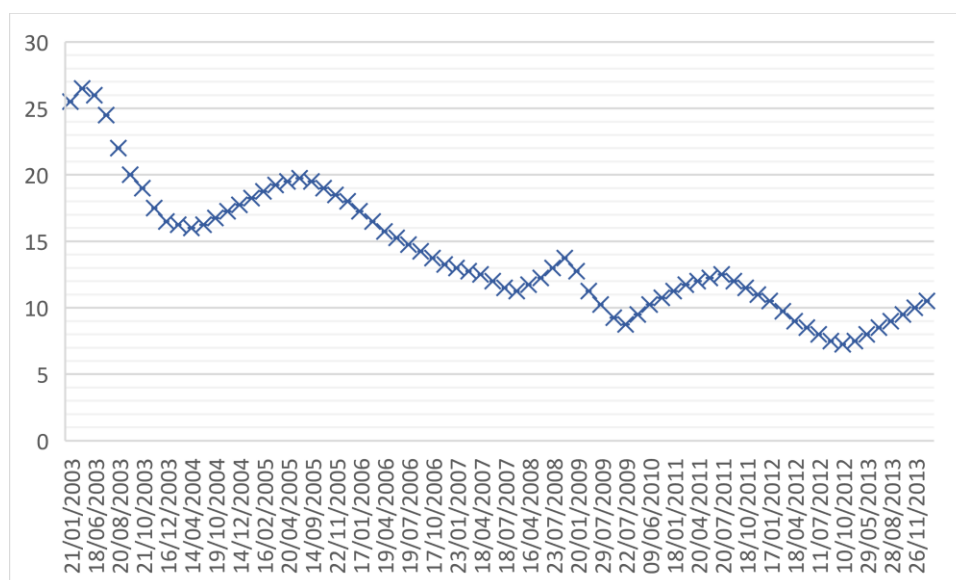
É possível notar que nos onze anos apresentados, o IPCA acumulado anual esteve dentro do intervalo de tolerância definido pelo CMN. O ano de 2003 foi a exceção com a inflação anual em 9,3% a.a, superior aos limites definidos (5,25 e 6,5). Vale destacar que para 2003 o BACEN estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para inflação conforme Carta Aberta de 21/01/2003, no entanto não foi definida pelo CMN, o que resultou na apresentação de outra carta aberta para justificar a falha por ter ultrapassado o limite superior do intervalo de tolerância de 2,5 p.p acima ou abaixo da meta central de 4,0% estabelecida pelo CMN.

No primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governo procurou controlar a inflação, recuperar os fundamentos macroeconômicos e superar as fragilidades estruturais que a economia brasileira enfrentava, para apenas posteriormente focar no projeto de retomada do desenvolvimento. Segundo Morais e Saad-Filho essa postura já era esperada desde a publicação da “Carta ao Povo Brasileiro” lançada em julho de 2002, ainda em campanha eleitoral, a fim de apaziguar os ânimos do mercado, receoso com uma vitória de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) naquelas eleições. O objetivo da carta foi neutralizar um ataque

especulativo com a fuga de capitais e desvalorização acentuada do câmbio. Assim, o candidato garantia na carta que em caso de vitória respeitaria os contratos nacionais e internacionais. Vitorioso no pleito, a estratégia adotada para o seu primeiro mandato abdicava de uma estratégia de ruptura e se posicionava favorável a uma transição gradual, compromissada com a estabilidade econômica.

O comportamento comedido na área econômica, com resquícios de uma ortodoxia enraizada ajudou a tranquilizar as elites econômicas financeiras do Brasil. O Banco Central na época presidido por Henrique Meirelles, tratou de manter a taxa básica de juros em um patamar elevado, como mostra o Gráfico 02. Em fevereiro de 2003 o seu valor chegou a 26,5%.

Gráfico 02: Variação da Taxa Selic (2003-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

A forma como a economia estava sendo conduzida frustrou parte da base que elegeu Lula, que esperava seu governo mais enérgico por mudanças e com resultados mais expressivos do que se observou em FHC. O crescimento baixo do PIB em 2003 (1,1%) impulsionou críticas por mudanças na gestão econômica. Ao longo de 2003 a Selic sofreu sete reduções consecutivas e encerrou o ano em 16,5%. A continuidade dada pelo governo Lula ao modelo de política econômica herdado do seu antecessor, implicava na falta de mecanismos anti-inflacionários que garantissem a estabilidade e, ao mesmo tempo, não promovesse o desemprego e a queda na produção como condições para o controle de preços (MATTEI, 2013). As autoridades

econômicas desde o começo da gestão evidenciaram que esse seria o modelo a ser seguido e que a recuperação da economia do país, a retomada do crescimento e a redução do desemprego teriam que se enquadrar nesse padrão. Ainda assim, 2003 foi o único ano dentro da gestão Lula que apresentou a inflação fora dos limites estabelecidos conforme mostrado na Tabela 01.

Em 2004 o Brasil apresentou uma taxa de crescimento do PIB no valor de 5,8%, como apresentado no Gráfico 01. Neste ano, tem início um novo momento de elevação da Selic de 3,5%, iniciado no último trimestre de 2004 levando a taxa de juros para 16,75% em outubro e continuando até maio de 2005, quando atingiu 19,75%. Esta elevação foi embasada pela visão prevalecente da equipe econômica, que ainda seguia os padrões do governo FHC. A elevação da taxa de juros frustrou o crescimento para o ano de 2005 com PIB crescendo 3,2%. Segundo Moraes e Saad-Filho (2011), o desempenho considerado como insatisfatório promoveu um desentendimento na equipe do governo Lula, entre a ala neoliberal e a ala desenvolvimentista. Essa discussão promoveu uma virada na política econômica do governo, visto que a equipe econômica inicial foi substituída por outra que defendia uma política de maior participação estatal.

Assim, em 2006 as estratégias políticas estabelecidas pelo Novo Desenvolvimentismo passaram a ser adotadas pelo governo Lula, mas sem romper com as políticas macroeconômicas neoliberais. Neste ano (e nos anos subsequentes), o Brasil apresenta taxas mais expressivas de crescimento (4,0%) e consegue manter a inflação controlada. O IPCA se manteve dentro da meta com valor acumulado de 3,14% a.a. e a Selic apresentou sete reduções consecutivas que a levou de 17,25% em janeiro para 13,25% em novembro, redução de 4%.

A mudança de estratégia permitiu alguns resultados importantes: i) o Estado se tornou mais ativo economicamente, ao promover a produção através de financiamento de capital e da realização de investimentos públicos em infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado em 2007; ii) houve expansão do consumo de massa em virtude dos programas de transferência de renda, elevação do salário mínimo e do crédito ao consumo; e, iii) a atuação do Estado promoveu a formação de grandes empresas brasileiras (campeãs nacionais), competitivas tanto no mercado interno quanto no mercado externo. No entanto, é importante destacar que, mesmo com a mudança na política econômica, não é possível considerar o governo Lula como purista do Novo Desenvolvimentismo. O que foi adotado foi uma política híbrida que relacionava políticas macroeconômicas para estabilidade monetária e equilíbrio dos mercados, com políticas que visavam a aceleração do crescimento e

a equidade social, tudo isto em um contexto de aumento na participação do Estado (MORAIS; SAAD FILHO, 2011). É no segundo mandato do governo Lula (2007-2010) que a política econômica brasileira sofre uma inflexão mais forte.

Ainda que os juros no Brasil tenham ficado entre os maiores do mundo, o período entre o final do primeiro mandato do governo Lula e o início do segundo foi marcado por uma redução considerável da taxa Selic. Iniciada em setembro de 2005 com 19,5%, a taxa básica de juros passou por reduções consecutivas e encerrou 2007 no patamar de 11,25%, redução total de 8,25%. Segundo Carvalho (2018), a inflação no período seguiu sob controle, o que foi facilitado pelo dólar baixo, que barateou os insumos importados e dificultava o reajuste de preços nos setores que sofrem com a concorrência mundial. O contexto internacional favorável, impulsionado pela elevada valorização das *commodities* e suas exportações, um dos principais mecanismos de crescimento do Brasil no período, permitiu a entrada de capital estrangeiro no país, o que ajudou a valorizar o real com relação ao dólar, que por sua vez ajudou a conter a inflação. Em 2007 a inflação foi próxima a meta de 4,5%, com valor de obtido do IPCA de 4,46%.

Entre 2008 e 2009 o mundo foi acometido pela crise do *subprime* desencadeada nos Estados Unidos por conta do seu setor imobiliário, que se espalhou por todo mundo. No ano de 2008 o Brasil apresentou crescimento em seu PIB de 5,1% - ainda que inferior ao ano de 2007 quando cresceu 6%. O ano de 2009 é o único do período analisado (2003 a 2013) no qual o país apresentou recessão, com retração do PIB de -0,1%. Parte dos efeitos da crise foram neutralizados no Brasil muito por conta da continuidade que foi dada às políticas econômicas que já eram aplicadas no país, como as transferências sociais, o aumento no salário mínimo e nos investimentos em infraestrutura. O Brasil, assim como a maioria dos países, aumentou a liquidez no sistema financeiro e evitou uma contração maior no crédito. O BACEN reduziu a taxa de depósito compulsório dos bancos¹³, foi aberta uma linha de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e os bancos públicos como Caixa e Banco do Brasil aumentaram sua linha de crédito. Mesmo com a saída de dólares, o Brasil demorou para reduzir sua taxa de juros (CARVALHO, 2018). Em 2008 a Selic iniciou em 11,75% e encerrou o ano em 13,75%, reduções só foram realizadas em 2009, que inicia com taxa de 12,75% (em janeiro) e encerra com taxa de 8,75% (em dezembro). A inflação nesses dois anos

¹³ Percentual dos depósitos bancários que os bancos devem manter em reserva junto com o Banco Central.

seguiu dentro do limite da meta com o IPCA acumulado para 2008 no valor de 5,9% a.a. e 2009 em 4,31% a.a.

Em 2010 a economia já conseguiu se recuperar e obteve 7,5% de crescimento, a maior taxa de crescimento de um ano para o PIB no período entre 2003 e 2013. Segundo Teixeira e Pinto (2012), a rápida recuperação financeira no pós-crise internacional ocorreu pelo excesso de liquidez da economia mundial. Parte desses recursos veio para o Brasil devido a sua elevada rentabilidade, o diferencial entre a taxa Selic e o padrão internacional. A Selic após atingir 8,75% no final de 2009, volta a subir 0,75% em abril de 2010 chegando a 9,5% e passa por mais dois aumentos durante o ano, 0,75% em junho, quando a taxa básica de juros atinge o valor de 10,25%, e 0,5% em julho encerrando o ano em 10,75%. O ano de 2010 encerra o segundo mandato do presidente Lula, com o IPCA controlado e no valor acumulado de 5,91%. É importante destacar que os resultados obtidos durante a gestão do presidente - a expansão do consumo interno impulsionado pelas famílias, o aumento dos investimentos em infraestrutura com o PAC, e o modelo de crescimento via distribuição de renda – todos têm caráter inflacionário. Além disso, o setor de serviços foi o que mais cresceu nesse período e por ser intensivo em trabalho, a política de aumento do salário mínimo elevou a inflação de serviços, que cresceu acima dos demais preços que compõem o IPCA no período. Mesmo com essas condições, ao encerrar sua gestão o presidente Lula conseguiu apresentar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo na maioria das vezes próxima ao centro da meta, em 2006, 2007 e em 2009 a inflação conseguiu ser menor que a meta.

O ano de 2011 é marcado pelo início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, que assume o cargo com o objetivo de dar continuidade ao trabalho iniciado por Lula. Segundo Faé, Goulart e Abdala (2016), o plano de governo se baseava em projetos e programas que tinham potencial de estimular o crescimento, com destaque para a importância do papel do Estado como gerador do investimento. A prova disso foi a continuidade do PAC, com o PAC II, como um mecanismo de coordenação dos investimentos em estados e municípios, além de incentivar o investimento privado. Para isso era necessária a manutenção da estabilidade macroeconômica e o controle inflacionário.

A taxa Selic em 2011 inicia janeiro com alta de 0,5% e chega ao patamar de 11,25% e continua com uma sequência de quatro elevações, até atingir 12,5% em julho. Contudo esse novo governo também é marcado por mudanças nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro. Passou a ser aplicada uma política monetária menos ortodoxa, que implementava uma redução mais acelerada da Selic e recomendava a redução dos juros dos

bancos públicos (TEIXEIRA, PINTO, 2012). Em outubro de 2011 foi iniciada uma redução da taxa básica de juros que se encontrava em 11,5%. Conforme estabelece Carvalho (2018), uma reversão no contexto internacional com o fim do ciclo de alta das *commodities* foi suficiente para que o IPCA encerrasse o ano de 2011 no teto da meta, em 6,5% a.a., e o PIB por sua vez encerrou com uma taxa de crescimento de 4%.

A redução da Selic se estendeu por um ano, até outubro de 2012 e alcançou 7,25%. Empresários do setor industrial e uma parcela dos economistas consideravam relevantes medidas que diminuíssem os custos das empresas nacionais e aumentassem a competitividade perante ao mercado internacional (CARVALHO, 2018). Essa pressão foi um dos motivos para a redução acelerada da Selic em 2012. Segundo Carvalho (2018) a adoção dessas medidas favoráveis a indústria, denominada Agenda Fiesp¹⁴, ocorreu durante todo o primeiro mandato de Dilma e é costumeiramente chamada de Nova Matriz Econômica. A desaceleração do crescimento foi notada com o PIB registrando aumento de 1,9%, metade do crescimento do ano anterior. A mudança do cenário externo e o fim do ciclo de alta das *commodities*, que ajudavam a controlar a inflação do país por conta da valorização do real, provocou uma mudança nos artifícios adotados para controle inflacionário, a estratégia passou a se basear no congelamento de preços administrados. No final de 2012 o IPCA acumulado registrou taxa de 5,84%.

Segundo Carvalho (2018) a aceleração da inflação faz com que o BACEN já no começo de 2013 altere a política monetária. Em abril foi iniciado um aumento da Selic em 0,25% o que levou a taxa para 7,5%. Em maio de 2013 o FED¹⁵ declarou a eliminação gradual do seu programa de expansão monetária, o mercado passou a aguardar uma elevação da taxa de juros dos Estados Unidos, o que provocou volatilidade no fluxo de capitais nos países emergentes como o Brasil. A saída abrupta de capitais do país além de provocar uma desvalorização acentuada do real, também levou ao aumento dos juros cobrados sobre a dívida pública. No decorrer do ano foram promovidas mais cinco elevações da taxa básica de juros que encerrou o ano em 10%, a fim de conter a inflação que passou a ser mais pressionada com a desvalorização cambial, mesmo assim no final de 2013 o IPCA acumulado conseguiu encerrar dentro dos limites da meta, em 5,91%.

A condução da taxa de juros adotada pelos três governos do período entre 2003 a 2013 se diferenciam entre si. O primeiro governo Lula por adotar políticas neoliberais,

¹⁴ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

¹⁵ *Federal Reserve Board* é a instituição responsável pelo controle do sistema bancário dos Estados Unidos.

características do seu antecessor, é marcado por uma taxa de juros bastante elevada no patamar de dois dígitos, apesar de uma pequena redução da Selic no seu segundo ano de gestão, ela logo voltou a crescer no mesmo ano, em um aumento que perdurou até 2005. A queda na taxa básica de juros durante o primeiro governo Lula só ocorreu no final do mandato, quando a política de inflexão é adotada. A partir do seu segundo mandato, a taxa de juros apresenta redução considerável em comparação ao primeiro. É na segunda gestão que, pela primeira vez, a Selic consegue ficar abaixo de dois dígitos, contudo encerra o governo com uma pequena elevação e retomada aos dois dígitos. É no governo Dilma que a taxa básica de juros consegue permanecer no patamar de um dígito por mais tempo e com isso apresentar os menores valores registrados. A estratégia estabelecida pelo ND define uma taxa de juros que deve ser inferior a taxa de retorno de capital, o modelo também define o combate a inflação como prioridade, para isso a taxa de juros pode ser moderada no curto prazo como um dos artifícios de controle inflacionário, esse aspecto pode ser notado principalmente no segundo mandato do governo Lula e no início do governo Dilma, período no qual a inflação segue controlada e a Selic consegue atingir um menor valor no espaço de tempo entre 2003 e 2013, que permite o BACEN executar sua política monetária. Contudo é válido destacar que mesmo com as reduções da Selic, o diferencial entre a taxa de juros brasileira e a taxa de juros internacional era elevado, o que permitia a entrada de capitais especulativos no país.

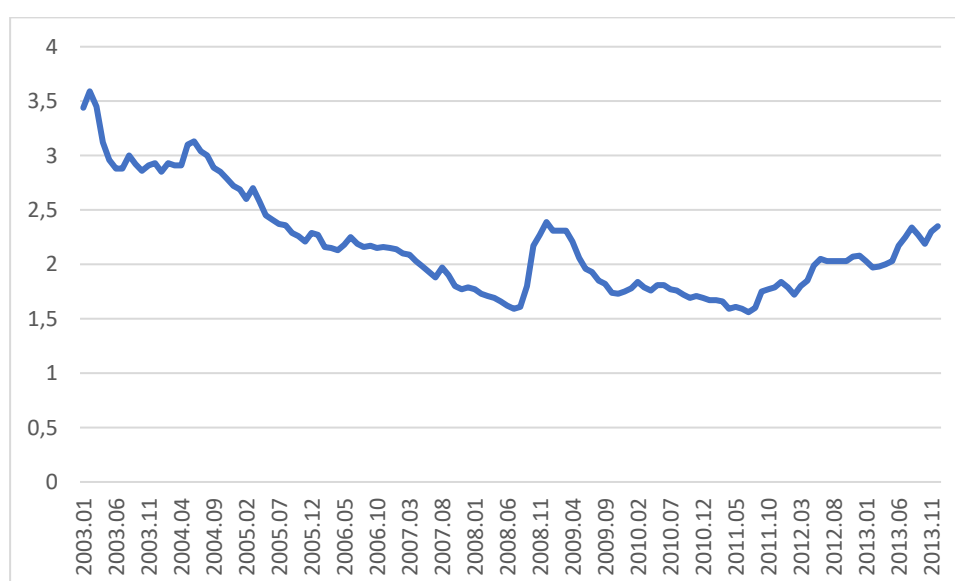
4.2 A CONDUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO NO BRASIL E O COMBATE A DOENÇA HOLANDESA.

O segundo objetivo específico deste trabalho é analisar a condução da taxa de câmbio no Brasil, identificar os principais motivos para suas variações e a forma como ela se relacionou com a Doença Holandesa, se foi possível enfrenta-la. A falha de mercado caracterizada pela apreciação permanente da taxa de câmbio é conhecida como Doença Holandesa. A existência de recursos naturais abundantes que permitem a exportação de *commodities* a uma taxa de câmbio valorizada, quando comparada com a taxa cambial necessária para as demais empresas produtoras de manufaturas do país serem produtivas e competitivas internacionalmente, é o que caracteriza essa falha. A taxa de câmbio não neutralizada pode fazer com que a Doença Holandesa promova a desindustrialização no país.

O Brasil é um país que sofre com a Doença Holandesa, conforme estabelece Bresser-Pereira e Marconi (2008), pelos seguintes motivos: (1) existe apreciação da taxa de câmbio, em decorrência do aumento das exportações; (2) a balança comercial das *commodities*, evoluiu de forma positiva após 1992, enquanto os manufaturados sofreu uma retração no mesmo período; (3) a balança comercial de *commodities* evoluiu de forma desassociada da taxa de câmbio, pois outros fatores influenciam nas vendas e compras externas desses produtos, já a balança comercial dos manufaturados é diretamente relacionada à taxa de câmbio; (4) os preços e quantidade das exportações de *commodities* cresceram mais que o dos manufaturados; e, (5) ocorreu aumento da participação de *commodities* no valor adicionado total.

Antes de iniciar o primeiro mandato do presidente Lula, as incertezas das eleições fizeram com que a taxa de câmbio disparasse, com uma enorme desvalorização cambial entre janeiro e outubro de 2002 (FONSECA, CUNHA, BICHARA, 2013). Após o novo presidente assumir o cargo em 2003, a taxa de câmbio nominal sofreu uma apreciação considerável, como apresentado no Gráfico 03. Isto foi reflexo da manutenção da política econômica realizada no governo antecessor que reverteu as expectativas pessimistas do mercado financeiro. A partir de 2003 o cenário externo extremamente favorável fez com que a demanda externa apresentasse uma contribuição positiva superior a demanda interna.

Gráfico 03: Variação da Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$) 2003-2013



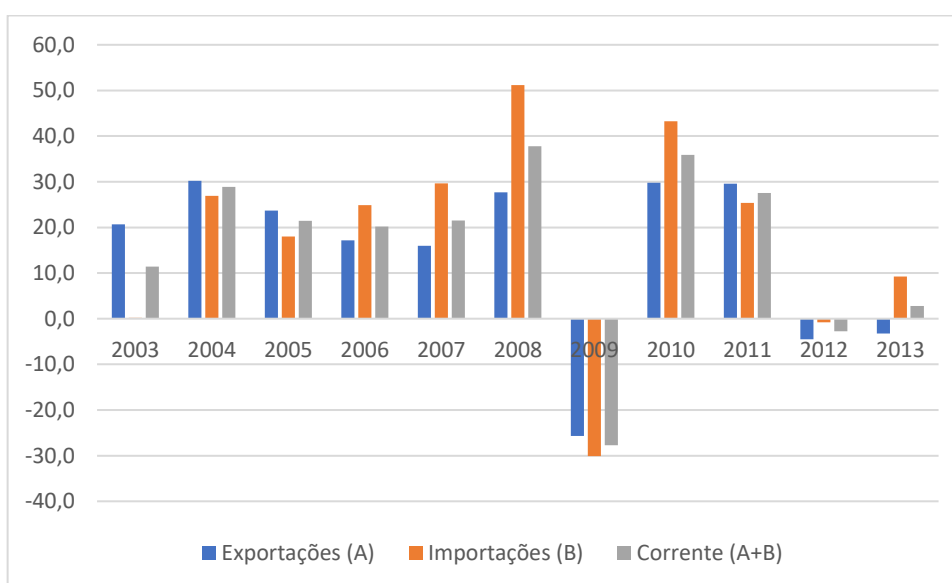
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN.

Entre 2003 e 2007 o contexto era de alta liquidez internacional, com reduzidas taxas internacionais de juros. Essas condições proporcionaram crescimento de toda economia mundial, não apenas do Brasil. O crescimento econômico mundial promoveu um aumento na demanda externa de *commodities*. A China, com crescimento acima da média mundial, demandava importações de *commodities* que dominavam a pauta de exportações brasileira. Arelada ao aumento da demanda chinesa, as *commodities* apresentavam acentuada valorização no mercado mundial (CARCANHOLO, 2010). A forte entrada de capital externo na época veio acompanhada de valorização cambial, o valor do dólar passa de 3,59 R\$ em fevereiro de 2003 para 1,79 R\$ em dezembro de 2007.

As exportações brasileiras apresentaram um crescimento modesto entre 2000 e 2002, uma média anual de 7,9%, mas a partir do governo Lula passaram a crescer de forma acelerada, e entre 2003 e 2007 a média anual passou a ser de 21,6%. Nesse intervalo de cinco anos, o volume de exportações do Brasil mais que dobrou, crescendo 166%, enquanto no mesmo período as exportações mundiais evoluíram 115% e a participação brasileira no comércio mundial passou a ser de 22,9% (BRESSER-PEREIRA, MARCONI, 2008). O Gráfico 04 expressa a evolução da balança comercial em termos de variação anual (ano em relação ao ano anterior).

Gráfico 04: Brasil - Evolução da Balança Comercial Brasileira (BCB)

Varição % - ano corrente em relação ao ano anterior



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

É possível notar que durante a primeira gestão Lula as exportações cresceram todos os anos, 20,7% em 2003, 30,2% em 2004, 23,7% em 2005 e 17,1% em 2006. As importações também apresentaram crescimento no período, em 2003 o crescimento foi irrisório de 0,2%, mas nos dois anos seguintes apresentaram um crescimento próximo ao apresentado pelas exportações, com 26,9% em 2004 e 18% em 2005. Apenas em 2006 que o crescimento das importações conseguiu superar o das exportações, ao crescer 27,9%.

No segundo governo Lula, as importações seguiram apresentando um crescimento superior ao das exportações em 2007 e em 2008, com 29,6% e 51,2% respectivamente, reflexo da valorização cambial no período. Em 2008 presidente Lula teve que lidar com crise financeira mundial. Ocorre uma desaceleração do crescimento das exportações, em decorrência da recessão mundial, que diminuiu a demanda por *commodities*. Os principais efeitos da crise mundial foram sentidos em 2009, nesse ano as exportações diminuíram -25,7% e as importações -30,1%, a soma corrente dos dois termos teve uma redução de -27,7%. O desempenho de 2009 teve grande influência no crescimento médio anual das exportações, que entre 2003 e 2006 havia crescido 22,92%, e entre 2007 e 2010 o valor passa a ser 11,95%. O ano de 2009 apresenta retração de -0,1% no PIB, contudo no final do ano, conforme apresentam Morais e Saad-Filho (2011), a economia já mostrava sinais de retomada do crescimento acompanhado de uma sobrevalorização do real.

A rápida recuperação das contas externas do Brasil no cenário pós-crise internacional, foi impulsionada pelos fluxos líquidos de capitais e pela elevada liquidez da economia mundial. A alta rentabilidade das aplicações em carteira, diferença entre a taxa Selic e a internacional, e a recuperação da atividade econômica promovida pela expansão do mercado interno, fez com que um elevado fluxo de capital estrangeiro entrasse no Brasil, visto que o país era mais rentável aos investidores estrangeiros em cenário internacional de estagnação econômica na Europa e dos Estados Unidos (TEIXEIRA, PINTO, 2012). Como mostra o Gráfico 03, apesar da desvalorização cambial ocorrida em 2008 quando o dólar encerrou o ano cotado a R\$ 2,39 em decorrência da fuga de capitais por conta da crise financeira mundial, no último trimestre de 2009 pode ser notada uma valorização do real, resultado da entrada do fluxo de capital estrangeiro e em dezembro deste ano o dólar fechou em R\$ 1,75.

O ano de 2010 foi o último ano do segundo governo do presidente Lula, nele foi retomado o crescimento das exportações em 29,8% e das importações em 43,2%. A taxa de câmbio nominal seguiu valorizada e o dólar encerrou 2010 em R\$ 1,69 em um patamar próximo do que foi encerrado o ano anterior.

Em 2011 tem início o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, nele houve crescimento das exportações de 29,6% enquanto as importações cresceram 25,4%. O dólar em janeiro de 2011 abriu cotado a R\$ 1,67, mas no decorrer do ano a taxa de câmbio nominal passou por uma tendência de alta, por conta da política de redução da taxa Selic aplicada pelo BACEN com o objetivo de levar a taxa básica de juros para níveis mais próximos do padrão internacional. A redução da rentabilidade comparada a taxa de juros internacional provocou saída de capitais do Brasil e resultou na desvalorização da taxa nominal de câmbio, com o dólar em dezembro de 2011 cotado a R\$ 1,84.

Entre 2010 e 2013, os países emergentes receberam quase metade dos fluxos de capitais globais. Na América Latina a metade da entrada líquida de capital era de caráter especulativo de curto prazo, com o Brasil sendo um dos principais destinos. A entrada massiva de capitais nos países emergentes, em conjunto com as moedas de países asiáticos desvalorizadas, prejudicava a competitividade dos países em que as moedas apreciavam. A dificuldade de controlar a sobreapreciação do real por conta da forte entrada de capitais especulativos, fazia com que os produtos brasileiros ficassem cada vez mais caros comparados aos produtos estrangeiros. Para fazer frente essa sobreapreciação o governo impôs em 2011 uma medida de controle para intervir no mercado de câmbio. Foi estabelecida uma alíquota de 1% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as posições vendidas dos derivativos de câmbio acima de 10 milhões de dólares. Isto afetou a especulação cambial que ocorria pela apreciação do real. Estas medidas conseguiram desacelerar a apreciação e reduzir a volatilidade da moeda brasileira (CARVALHO, 2018).

A partir de 2012 as exportações do Brasil apresentaram redução de 4,5% junto com as importações que reduziram 0,8%, foram as primeiras reduções desde 2009. Em janeiro de 2012, o dólar estava cotado a R\$ 1,79 e em junho chega na casa dos R\$ 2,05. Segundo Carvalho (2018), o dólar até outubro de 2012 consegue se manter entre R\$ 2,00 e R\$ 2,05, na menor volatilidade registrada desde 1999, mas encerra o ano cotado a R\$ 2,08 (dezembro). A desvalorização do real não conseguiu fazer diferença no desempenho exportador e no crescimento industrial. As exportações brasileiras são relativamente insensíveis a variações na taxa de câmbio, porque são concentradas em produtos em que a demanda é pouco sensível aos preços, o caso das *commodities* que têm seus preços estabelecidos em mercados internacionais.

No ano de 2013 as exportações apresentaram queda de 3,2% enquanto as importações tiveram crescimento de 9,2%. O dólar iniciou cotado a R\$ 2,03 em janeiro e fechou dezembro cotado a R\$ 2,35, a valorização da moeda americana ocorreu por conta do anúncio

do FED de eliminar gradativamente seu programa de expansão monetária, o que levou o mercado uma expectativa de alta da taxa de juros americana, dessa maneira ocorreu uma enorme volatilidade no fluxo de capitais nos países emergentes, que era o caso do Brasil.

O primeiro mandato do presidente Lula ficou marcado por uma valorização do real, decorrente do aumento de exportações, resultado de um cenário internacional favorável de demanda elevada pelas *commodities* exportadas pelo Brasil. No segundo governo Lula, a equipe econômica teve que lidar com a crise internacional, a desvalorização do real em 2008 e a retração econômica em 2009. Essa gestão também é marcada por valorização do real - resultado da boa recuperação pós-crise decorrente da continuidade e expansão da política para aumento do mercado interno - e pela entrada do fluxo de capital estrangeiro, decorrente da diferença entre a taxa de juros brasileira e a internacional. Conforme estabelece Carvalho (2018), o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff fica marcado pela Agenda Fiesp, que envolve a redução dos juros, a desvalorização do real e um conjunto de medidas feitas para beneficiar o setor industrial.

A existência de uma taxa de câmbio cronicamente sobreapreciada é uma característica da chamada Doença Holandesa. Nos três governos que compreendem o período entre 2003 e 2013 (Lula I e II e Dilma I), houve valorização da taxa de câmbio nos dois primeiros, enquanto o último foi o único a promover a desvalorização. Nos dois governos Lula a sobrevalorização do câmbio é identificada, seguindo os fatores que determinam a falha de mercado, com a existência de recursos naturais em abundância que garantem rendas ricardianas aos países que exportam as *commodities* por eles produzidas. Principalmente nos anos entre 2003 e 2007 a participação das exportações de *commodities* teve grande influência no crescimento do PIB do Brasil, por conta da sua valorização (elevação dos preços no mercado eterno), da grande demanda e da elevada liquidez internacional. Tais fatores permitiram uma taxa de câmbio nominal sobreapreciada, favorável aos produtores de *commodities* e sua taxa de câmbio de equilíbrio corrente (a taxa de câmbio que equilibra a conta corrente do país).

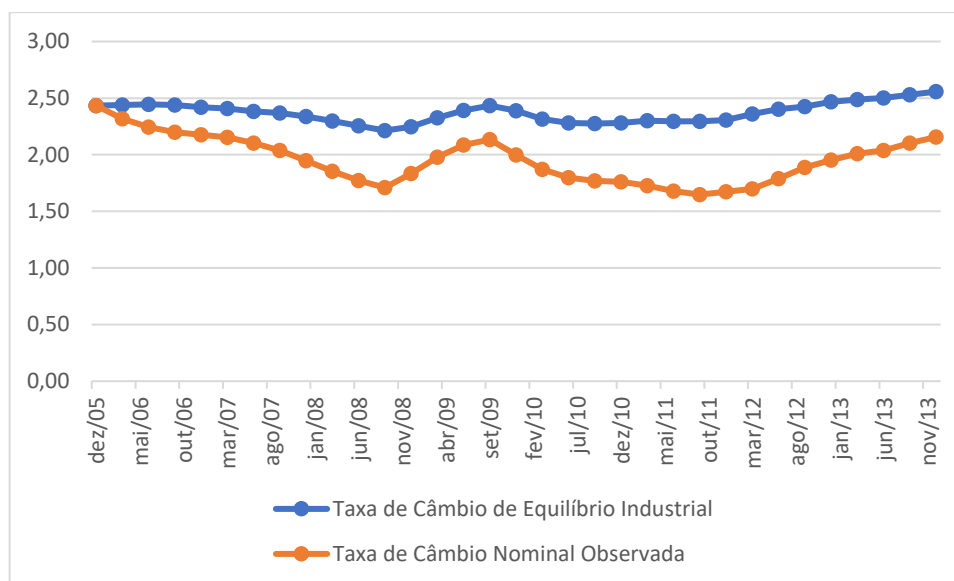
A taxa de câmbio nominal valorizada foi prejudicial aos produtores de bens comercializáveis internacionalmente, como as manufaturas, pois estas empresas tiveram que lidar com uma taxa de câmbio de equilíbrio de mercado inferior à taxa de câmbio de equilíbrio industrial (taxa que torna competitiva internacionalmente as empresas produtoras de bens e serviços comercializáveis). Assim, entre 2003 e 2006 é possível notar a reprimarização das exportações, o que induziu o aumento dos investimentos, dos grupos econômicos da indústria de *commodities*. A partir de 2006 um novo modelo de crescimento foi estabelecido no Brasil,

puxado pela demanda interna, com políticas de distribuição de renda e inclusão do consumo das famílias de baixa renda. Ao final de 2010 já estava claro o modelo estabelecido, com a manutenção da taxa de juros elevada e apreciação cambial. O crescimento fica determinado pelo consumo das famílias, mas apresenta baixo dinamismo industrial. O consumo cresce sem expansão da produção industrial, devido a saída da renda para o exterior com o aumento da importação de manufaturas e desarticulação das cadeias produtivas nacionais. A indústria de transformação apresenta resultados frustrantes em produção e participação no PIB, o que leva a debates a respeito da desindustrialização brasileira (TEIXEIRA; PINTO, 2012). Durante as duas gestões Lula a Doença Holandesa é acentuada por conta da valorização cambial, o que fica evidente com a reprimarização da pauta exportadora e o princípio de desindustrialização.

No governo Dilma, especificamente entre 2011 e 2013, houve desvalorização cambial, mas esta desvalorização não foi suficiente para gerar bons resultados para o setor exportador brasileiro tampouco para promover o crescimento industrial. Segundo Carvalho para conseguir um bom desempenho exportador a desvalorização do real deveria ter sido mais acentuada e duradoura. A desvalorização necessária para que o país competisse com os países asiáticos na exportação de manufaturas exigiria ainda uma redução dos salários reais. Assim, apesar da desvalorização ela foi ineficaz no combate à Doença Holandesa, visto que a taxa de câmbio não foi desvalorizada o suficiente e o setor industrial não conseguiu se fortalecer com as medidas.

A diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial é o que estabelece a Doença Holandesa, como foi apresentado no segundo capítulo (seção 2.5). A diferença entre essas duas taxas no período entre 2005 e 2013 é apresentada no Gráfico 05 abaixo.

Gráfico 05: Taxa de Câmbio de Equilíbrio Industrial e Taxa de Câmbio Nominal Observada (R\$/US\$).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo (CDN-FGV).

O ano de 2005 é adotado como ano base pois a taxa de câmbio nominal girou em torno da taxa de câmbio de equilíbrio industrial nesse período, uma vez que o saldo em conta corrente foi ligeiramente positivo em tal ano, bem como nos dois anos anteriores e posteriores, levando a escolha do ano intermediário nesse intervalo¹⁶. A linha em azul corresponde a Taxa de Câmbio de Equilíbrio Industrial, enquanto a linha laranja indica a Taxa de Câmbio Nominal Observada que equivale a Taxa de Câmbio de Equilíbrio Corrente. Caso não existisse a falha de mercado Doença Holandesa, as taxas apresentadas seriam iguais, o que resultaria na ausência do espaçamento entre elas. É possível notar que durante todo o período apresentado no gráfico a Doença Holandesa esteve presente no Brasil. Com exceção do ano base (2005), as taxas se diferem ao longo de todo período apresentado e o momento que mais se aproximam é em setembro de 2009, mas ainda assim apresentam uma diferença de R\$ 0,30¹⁷, com a Taxa de Equilíbrio Industrial cotada a R\$ 2,43 enquanto a Taxa de Câmbio Nominal Observada estava cotada em R\$ 2,13. O que permite concluir que nenhum dos governos do período analisado conseguiu resolver a falha de mercado da Doença Holandesa.

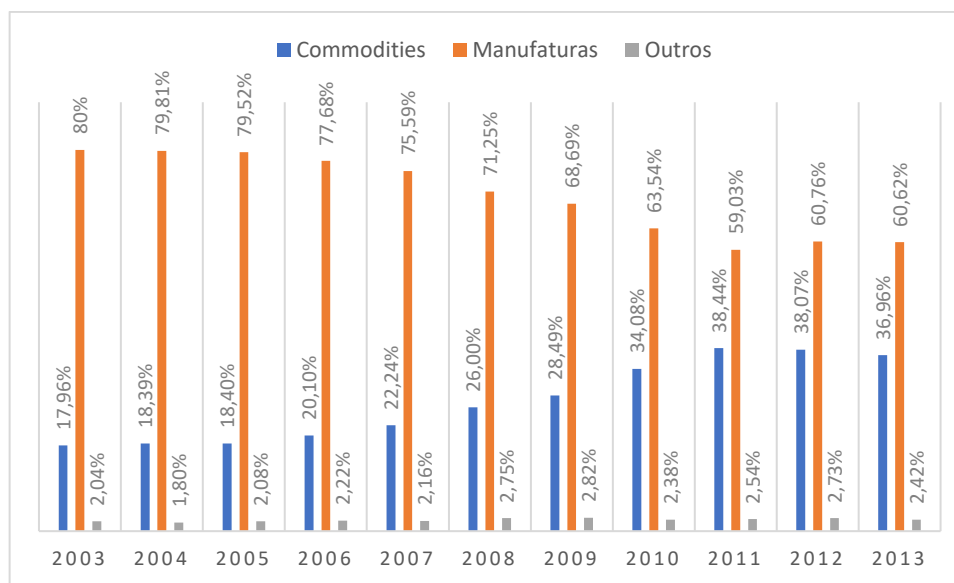
A falha ao combate à Doença Holandesa fica evidente ao analisar o Gráfico 06 abaixo, que apresenta a participação percentual por setor nas exportações brasileiras no período

¹⁶ Para mais informações consultar Nota Metodológica Cálculo da Taxa de Câmbio de Equilíbrio Industrial.

¹⁷ Unidade de R\$ por 1 unidade de US\$.

entre 2003 a 2013. A participação das *commodities* nesse intervalo de tempo aumentou de 17,96% em 2003 para 38,44% em 2011, quando atingiu seu máximo, os anos de 2012 e 2013 a parcela das *commodities* nas exportações apresentou pequenas reduções, e tiveram fatia de 38,07% e 36,96% respectivamente. No entanto a participação dos produtos manufaturados na composição das exportações brasileiras apresentou queda em nove dos onze anos apresentados. Em 2003 as manufaturas correspondiam a 80% da pauta exportadora, em 2011 sua participação atingiu o menor valor de 59,03%, entre 2012 e 2013 as manufaturas apresentaram baixo crescimento e corresponderam na devida ordem a 60,76% e 60,62%. Fica claro que nesse espaço de tempo ocorreu uma reprimarização da pauta exportadora do Brasil com o aumento da participação das *commodities*, a queda da exportação de manufaturas sinaliza um princípio de desindustrialização no país, ambos fatores são consequências da Doença Holandesa que não foi devidamente combatida ao longo dos três mandatos presidenciais que ocorreram no período.

Gráfico 06: Exportação Brasileira (2003-2013), participação percentual por setor.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

4.3 PROBLEMAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL.

A implementação de políticas do Novo Desenvolvimentismo no final do primeiro mandato (em 2006) do presidente Lula, segundo Barbosa e Souza (2010), pode ser considerada como um ponto de inflexão na política macroeconômica brasileira. A adoção dessas medidas ocorreu de maneira complementar às políticas macroeconômicas neoliberais, mantidas pela gestão Lula na fase inicial do seu primeiro mandato. O que foi estabelecido pode então ser considerado uma política híbrida, pois associava políticas macroeconômicas focadas na estabilidade monetária e equilíbrio instintivo do mercado, com políticas que visavam a aceleração do desenvolvimento e equidade social através da maior participação estatal, o que é incompatível.

A manutenção das políticas neoliberais provocava problemas que dificultavam a adoção das estratégias novo desenvolvimentistas e se encaixavam nas críticas já feitas pelos autores desta linha de pensamento. Conforme apresenta Barbosa e Souza (2010) entre os problemas destacam-se: (1) a sobrevalorização do real, que reduzia a competitividade internacional, ao diminuir o saldo comercial e deteriorar a pauta de exportações, com a sua reprimarização. Esta reprimarização ocorre devido a elevada participação de *commodities*, relativamente aos bens manufaturados, na balança comercial. Além disso, o Brasil a partir de 2008 começou a apresentar um crescente déficit em transações correntes; e (2) a pressão fiscal originada por conta do custo elevado de uma política de meta inflacionária, que mantinha os juros elevados em relação aos níveis internacionais, ao mesmo tempo em que mantinha uma conta de capitais aberta. O resultado disso foi um equilíbrio fiscal frágil por conta das tensões entre manter conjuntamente crescentes as reservas de divisas, as políticas monetárias e cambiais e os programas de investimento público e de transferência de renda.

Mesmo com o contraste entre políticas neoliberais e políticas de desenvolvimento e equidade através do aumento da atividade do Estado, o país conseguiu obter resultados positivos. A obtenção desses resultados ocorreu por conta de um conjunto de fatores políticos e econômicos. O governo Lula foi capaz de se manter funcionando mesmo em oposição a ortodoxia clássica, por conta da liquidez internacional elevada no período entre 2003 e 2008 e da melhora rápida dos indicadores sociais em resposta as políticas do governo de redistribuição de renda, investimentos públicos e expansão de crédito as famílias, que se intensificaram após

a crise internacional de 2008 e seguiram dando resultados. Segundo Saad-Filho e Moraes (2011), os efeitos específicos da obtenção de resultados da “inflexão política” também correspondem a sua fragilidade. As políticas neoliberais continuaram a se agravar na mesma proporção em que elas limitavam uma maior liberdade de ação do Estado. A coexistência das duas políticas (neoliberais e novo desenvolvimentista), evidencia a falta de compatibilidade entre as estratégias aplicadas e mostra que a situação era provisória, e que poderia se agravar a partir de 2011, no mandato da presidenta Dilma.

Outro problema na implementação das estratégias novo desenvolvimentistas do período estudado, refere-se ao fato de que o modelo de crescimento estabelecido pelo novo desenvolvimentismo é do tipo *export-led*. Como define Oreiro (2012), nesse modelo a promoção de exportações de produtos manufaturados promove a aceleração do ritmo da acumulação de capital e da introdução de progresso tecnológico na economia. Um regime de crescimento *export-led* para ser sustentável, na ótica da balança de pagamentos, tem que ser impulsionado pelas exportações. A expansão das exportações permite o aumento do produto real, que possibilita a elevação da produtividade do trabalho e viabiliza um crescimento não inflacionário dos salários reais e a preservação de uma taxa de juros baixa em termos nominais e reais. No entanto um regime de crescimento onde é o aumento da participação dos salários na renda que impulsiona, via consumo, a expansão do nível de renda e emprego, é um crescimento do tipo *wage-led*, esse modelo caracteriza as políticas adotadas nos mandatos do presidente Lula.

Entre 2004 e 2010 o Brasil passou por um aumento sustentado dos salários. A expansão do mercado interno brasileiro a partir de 2006 teve com uma de suas bases o aumento do salário mínimo, que com o controle inflacionário conseguiu se valorizar ainda mais rápido. Como grande parcela dos trabalhadores brasileiros eram assalariados, os efeitos dos aumentos do salário mínimo permitiu a elevação do salário médio e da participação dos salários na renda da economia, além da diminuição da disparidade salarial no país. A valorização do salário mínimo e a inclusão no mercado de consumo de boa parte da população brasileira promoveu a expansão de setores que demandavam mão de obra menos qualificada. Estas modificações no padrão de consumo e na estrutura produtiva possibilitaram o crescimento do mercado interno e do mercado de trabalho até 2010 (CARVALHO, 2018).

Grande problema é que um processo de crescimento *wage-led* é insustentável no longo prazo. O aumento da participação dos salários na renda, que é necessário para a um crescimento dos gastos de consumo, é economicamente e politicamente inviável. Na

perspectiva econômica, o aumento dos salários na composição da renda agregada ocasionará, em determinado momento, a queda da taxa de lucro. Quando essa taxa cair abaixo do nível necessário para acumulação de capital, o investimento privado para o que afeta o crescimento do nível de renda e a produção. Do ponto de vista político, a classe capitalista irá reagir a queda da taxa de lucro e aumentar a instabilidade política. Como destaca Oreiro (2012), um aumento da participação dos salários na renda provoca uma tendência a apreciação da taxa real de câmbio, o que pode afetar o grau de especialização produtiva na economia, ao promover uma transferência de atividades produtivas para o exterior, um processo de desindustrialização. A desindustrialização provoca a redução da elasticidade renda das exportações e o aumento da elasticidade renda das importações, além de uma redução do crescimento que é proporcional com o equilíbrio da balança de pagamentos.

No final do segundo mandato do presidente Lula, crescia a visão de que a estratégia de crescimento liderada pelo mercado interno, impulsionado pelas políticas de transferência de renda, aumento do salário mínimo e ampliação dos investimentos em infraestrutura, era insustentável. Empresários do setor industrial passaram a defender medidas que reduzissem os custos das empresas nacionais e elevassem a competitividade frente e a concorrência externa. Conforme estabelece Carvalho (2018), no mandato da presidenta Dilma essas demandas foram atendidas, o que ficou conhecido como Agenda FIESP. Foram promovidas: a redução da taxa básica de juros, a desvalorização do real, os subsídios aos empresários através de desoneração tributária, o controle de tarifas energéticas e a oferta de crédito a juros reduzidos. Essas medidas foram pouco eficazes no estímulo ao crescimento e como indutoras da competitividade, mas conseguiram gerar um impacto negativo nas receitas do governo e dificultaram a estabilização da dívida pública.

E finalmente, a ausência do controle da entrada de capitais especulativos, defendida pelo Novo Desenvolvimentismo foi outro problema. Sem controle de capitais, o governo Lula foi marcado por constantes entradas de fluxos de capitais (especulativos), que permitiram a valorização do real. A utilização da apreciação do real como uma das formas de controle da inflação, exigia que se mantivesse a taxa de juros do Brasil em patamares acima do padrão internacional e o diferencial entre as taxas também favorecia o fluxo de entrada de capitais especulativos. O governo Dilma, ao adotar a Agenda FIESP, promoveu uma desvalorização do real com o objetivo de impulsionar o setor exportador brasileiro, no entanto essa desvalorização não foi suficiente para competir com exportação de manufaturas dos países exportadores asiáticos. O período entre 2003 e 2013 contou com apenas uma desvalorização intencional do

real, que ocorreu no governo Dilma, nos mandatos do presidente Lula a entrada de capitais especulativos marcaram presença sem que houvesse medidas para contê-los.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal investigar o Novo Desenvolvimentismo como estratégia de crescimento econômico no Brasil no período entre 2003 e 2013. Esse período foi marcado pela criação do Novo Desenvolvimentismo como uma terceira alternativa de modelo de crescimento, divergindo daqueles estabelecidos no Brasil no século XX, o Desenvolvimentismo Clássico e a Ortodoxia Convencional. A mudança política, com um líder de esquerda assumindo o poder, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores, também é um fato marcante do período, além do crescimento acelerado do PIB do Brasil nesse espaço de onze anos, com taxa média de 3,78% ao ano. No entanto, a adição de políticas novo desenvolvimentistas na gestão Lula, não permite caracterizá-lo como purista do novo modelo. As medidas adotadas parecem se encaixar mais em um modelo híbrido, onde foi associado políticas macroeconômicas que visavam a estabilidade monetária e indiretamente o equilíbrio dos mercados, com políticas que buscavam a aceleração do desenvolvimento e a equidade social.

O período de 2003 a 2013 é dividido em três mandatos presidenciais. O primeiro governo Lula (2003-2006), inicialmente marcado por uma manutenção da política neoliberal do governo antecessor, que lidou com uma liquidez internacional elevada e que garantiu forte demanda das *commodities*. No final desse mandato, iniciou uma política híbrida com alguns pontos característicos do Novo Desenvolvimentismo. No segundo governo Lula (2007-2010) ocorre a expansão de políticas de redistribuição de renda, aumento do salário mínimo e incentivo ao consumo interno. O terceiro mandato corresponde a parte do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2013), que inicialmente teve como objetivo dar continuidade às políticas iniciadas no segundo governo Lula, mas no decorrer da sua gestão estabeleceu uma agenda política que favoreceu o empresariado industrial brasileiro.

A análise desses períodos para identificação da adoção de estratégias do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, permite concluir que:

i) no período de 2003 a 2006, é possível constatar nos anos iniciais uma conservação do modelo de políticas neoliberais do governo FHC, como uma forma de controlar os ânimos do mercado financeiro, receoso com a eleição de um presidente de esquerda, no caso o presidente Lula. Nesse período o país lidou com uma liquidez internacional elevada, que elevou a demanda mundial por *commodities*, vale destacar que a demanda foi puxada em especial pelo

crescimento da China. As *commodities* correspondiam aos principais produtos da pauta exportadora brasileira no período e a elevada exportação destes produtos permitiu a entrada de recursos estrangeiros, que promoveram a valorização do real frente ao dólar. Mesmo com resultados positivos, o crescimento no período não atendeu as expectativas de parte dos componentes na gestão Lula, o resultado disso é que em 2006 estratégias do Novo Desenvolvimentismo foram adotadas. Foi estabelecida uma política híbrida que mesclava políticas macroeconômicas neoliberais e um fortalecimento estatal com investimentos públicos em infraestrutura, apoio a formação de empresas campeãs nacionais (as quais as empresas brasileiras através de crédito e incentivos regulatórios poderiam ser competitivas no mercado internacional) com programas de transferência de renda, elevação do salário mínimo e de crédito ao consumo (que proporcionaram o fortalecimento do mercado de consumo interno). É válido ressaltar que o Novo Desenvolvimentismo destaca a “equidade” e o governo Lula enfatizava a “inclusão” ambos com o mesmo propósito, realizados nos programas voltados para aumento do consumo interno.

ii) no período entre 2007 a 2010 é dado continuidade a inflexão política que encerrou a primeira gestão Lula. A elevada liquidez internacional durou até 2008, quando ocorreu a crise financeira internacional. Neste intervalo de tempo as políticas da primeira gestão foram intensificadas com aumento de investimento estatal para obras de infraestrutura e o incentivo ao consumo interno através dos programas de redistribuição, aumento do salário mínimo e crédito. Este modelo de crescimento gerou inflação no setor serviços, apesar do IPCA controlado. No primeiro momento a aplicação desses programas poderiam se encaixar como uma estratégia do Novo Desenvolvimentismo, com o intuito de estabelecer equidade. Contudo, o consumo interno impulsionado por salários, presente na gestão Lula principalmente no pós-crise, se caracteriza em um modelo de crescimento *wage-led*. Este modelo de crescimento é incompatível com o que é estabelecido pelo Novo Desenvolvimentismo, crescimento do tipo *export-led*. Outros fatores característicos da segunda gestão Lula (e do final da primeira) também não se enquadram nas estratégias defendidas pelo Novo Desenvolvimentismo, é o caso da valorização cambial do real em ambos momentos, o que evidencia o não combate à Doença Holandesa, falha de mercado a ser combatida para que um modelo *export-led* seja funcional. Essa condição foi agravada pois no governo não houve uma política cambial que buscava combater a entrada de capitais especulativos, tampouco a taxa básica de juros era baixa o suficiente em comparação a internacional para evitar essa entrada. A inflação controlada, estratégia defendida pelo Novo Desenvolvimentismo, tinha como um dos mecanismos de

controle, justamente um fator ao qual o modelo era contrário, o real valorizado. Assim, pode-se afirmar que adoção de estratégias do Novo Desenvolvimentismo na gestão Lula, só ocorreu em um momento inicial, no âmbito social do modelo e na formação de empresas campeãs, mas não foi seguido no cenário macroeconômico.

iii) entre 2011 e 2013 a presidenta Dilma Rousseff, especialmente no início do seu mandato, procurou dá continuidade às políticas do segundo governo Lula. No entanto, o restante do seu governo foi marcado pelo apoio ao setor industrial, no que ficou conhecido como Nova Matriz Econômica. Foram estabelecidas um conjunto de medidas que beneficiaram a indústria brasileira, taxa de juros reduzida, desvalorização da taxa de câmbio, e desoneração dos investimentos e da produção. A promoção de uma redução da taxa de juros ajudava a desvalorização do real por conta da menor capacidade de atrair capital especulativo. De todas as gestões presidenciais no período entre 2003 a 2013, o mandato de Dilma foi o único a promover diretamente a desvalorização do real a fim de elevar a competitividade das manufaturas brasileiras, ponto característico do modelo do Novo Desenvolvimentismo, contudo a desvalorização da moeda não ocorreu de maneira suficiente até o patamar da taxa de câmbio de equilíbrio industrial, a fim de acabar com a Doença Holandesa. Assim, a desvalorização cambial foi insuficiente e pouco duradoura e não permitiu que o Brasil competisse internacionalmente com os países asiáticos na exportação de bens manufaturados, contudo o real desvalorizado retirou um vetor importante do controle inflacionário por parte do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. (2010) ‘**A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda**’, in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L C. **Da Macroeconomia clássica à Keynesiana**. São Paulo, 1974. Versão corrigida em 1974 de apostila publicada originalmente em 1968. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Bresser-Pereira/publication/268347252_Da_macroconomia_classica_a_keynesiana/links/5741c8ee08ae9ace841875cd/Da-macroeconomia-classica-a-keynesiana.pdf>

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2006). **O Novo-Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional**. São Paulo em Perspectiva, Vol. 20, N.1.

BRESSER-PEREIRA, L C (2008). **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. (2008). “**Existe doença holandesa no Brasil?**”. Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo.

BRESSER-PEREIRA, Luís C.; GALA, Paulo. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento**. Revista de Economia Política. V. 30, n.4. São Paulo, Outubro/Dezembro de 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2010) **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. Texto para Discussão, FGV-SP, n. 274, novembro. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4636084/mod_resource/content/1/TD%20274%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. **Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, número especial, p. 811-829, dez. 2012

BRESSER-PEREIRA, L C (2014). **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Lua Nova, 93: 33-60.

BRESSER-PEREIRA, L.C., J. L. Oreiro, e N. Marconi (2014) **Developmental Macroeconomics: New Developmentalism as a Growth Strategy**. London: Routledge.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico**. Revista de Economia Política, v. 36, n. 2, p. 237-265, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2019). **Novo Desenvolvimentismo**, 2018, in Feijo, C and Eliane A. (orgs). **Macroeconomia Moderna: as Lições de Keynes para economias em desenvolvimento**, Elsevier, Associação Keynesiana Brasileira.

CARVALHO, F. J. C. **Keynes e o Brasil**. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, p. 569-574, dez. 2008.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira. Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, out.-dez. 2012.

CDN-FGV. Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da Fundação Getúlio Vargas. **Nota Metodológica Cálculo da Taxa de Câmbio de Equilíbrio Industrial**. São Paulo, 2021. Disponível em <<https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-novo-desenvolvimentismo/projetos/taxa-cambio-equilibrio-industrial>>

CORRÊA, M. F.; FEIJO, C. A. V. C. **O desenvolvimentismo no Brasil: o debate atual**. *ANÁLISE ECONÔMICA (UFRGS)*, v. 35, p. 233-262, 2017.

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter**. *Cadernos IHU Ideias* Ano 4, Nº 47. São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/047cadernosihuideias.pdf>>

FAÉ, Rogério; GOULART, Sueli; ABDALA, P. **Estratégia nacional de desenvolvimento nos governos Lula e Dilma: transformação neoliberal**. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (UFF)*, v. 10, p. 1-18, 2016.

FONSECA, P., CUNHA, A.; BICHARA, J. **O Brasil na era Lula: retorno ao Desenvolvimentismo?** Rede Desenvolvimentista, Campinas, 2012.

- FONSECA, Pedro Cezar Dutra (2015). **Desenvolvimentismo: A construção do conceito**. Texto para Discussão, No. 2103, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.
- FURTADO, Celso (1967). **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GONÇALVES, R. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.
- MERCADANTE, Aloizio. **Brasil: a construção retomada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. **Da economia política à política econômica: o novo desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 31, n. 4 (124), p. 507-527, out./dez. 2011.
- MOREIRA, S. B; CRESPO, N. **Economia do Desenvolvimento**. Revista de Economia, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. Editora UFPR. 2012.
- OREIRO, J. L.; MARCONI, N. (2016). **O novo-desenvolvimentismo e seus críticos**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, n. 19, p.167-179, jul./dez.
- OREIRO, J. L. C. **Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 29-40, 2012.
- PAULA, Luiz Fernando (2008). **Política econômica para crescimento e estabilidade macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência para o Brasil**, in João Sicsú e Carlos Vidotto, orgs. (2008) *Economia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus.
- SHIKIDA, P. **Notas sobre a contribuição de Keynes à teoria econômica**. Revista Teoria E Evidência Econômica, 3(06).
- SICSÚ, J; PAULA, L.F; MICHEL, R (2007). **Por que novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, Vol. 27, n.4.
- TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. (2012). **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 4, p. 909-941.
- VALE, Daniellen. **Controvérsias sobre o papel do Estado**. Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA, 2014. Ano 10. Edição 80 - 23/06/2014. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3054&catid=29&Itemid=34>.